

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HUMANIDADES E SAÚDE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

HELLEN PESSANHA RAMOS

**“TRABALHO OFFSHORE, SAÚDE E RUPTURA DE LAÇO SOCIAL:
Uma análise sobre a situação dos empregados *Offshore* da Petrobras na Bacia
de Campos.”**

Rio das Ostras – RJ

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HUMANIDADES E SAÚDE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

HELLEN PESSANHA RAMOS

**“TRABALHO OFFSHORE, SAÚDE E RUPTURA DE LAÇO SOCIAL:
Uma análise sobre a situação dos empregados *Offshore* da Petrobras na Bacia
de Campos.”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Fábio de Melo

Rio das Ostras – RJ

2014

HELLEN PESSANHA RAMOS

**“TRABALHO OFFSHORE, SAÚDE E RUPTURA DE LAÇO SOCIAL:
Uma análise sobre a situação dos empregados *Offshore* da Petrobras na Bacia
de Campos.”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial a
obtenção do título de bacharel em Serviço Social na Universidade Federal
Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras.

Monografia apresentada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wanderson Fábio de Melo – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida da Silva Cabral
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ranieri Carli de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Dedico a todos os trabalhadores da indústria petrolífera Offshore pela dedicação necessária pelo trabalho que exercem em busca de melhores condições para seus familiares, mesmo sabendo que isto não significa qualidade de vida para a maioria deles.

AGRADECIMENTOS

Impossível não agradecer primeiramente no Criador da minha vida, quem me deu a força maior para conseguir concluir minha graduação diante de todos os obstáculos e dificuldades. Obrigada Deus!

A todos meus familiares que de forma individual me apoiou desde o início. Minha mãe que mesmo sem entender minha escolha e o significado da profissão, me respeitou e sempre me ajudou com orações e palavras de coragem e motivação.

À minha irmã Aline que mesmo me incentivando desde o vestibular a ser administradora como ela, acabou “me perdendo” para o Serviço Social passando a me presentear com livros de Ética Profissional e Política Social.

Ao meu marido Rômulo. Meu amigo e companheiro que me levantava sempre me encorajando a insistir na batalha.

Aos meus filhos Rafael e Suellen que foram obrigados a conviver com minha ausência durante todos esses anos.

Aos meus sogros Evaldo e Aparecida que não hesitaram em ficar com meus filhos em momentos que precisei para estudar. Meu sogro que também, por várias vezes, me buscava no HPM depois do expediente de estágio para me levar ao ponto de ônibus em tempo de pegar o Transporte Social Universitário e chegar a tempo às aulas.

Um agradecimento muito especial a toda a equipe de Serviço Social do HPM. Meu campo de estágio, onde aprendi na prática o verdadeiro significado da profissão e atuação como sujeito em busca dos direitos dos usuários. Aprendi com esta equipe maravilhosa a lutar para que a profissão fosse reconhecida mesmo com as adversidades.

Às minhas companheiras de luta, hoje Assistentes Sociais que sempre se prontificaram a me ajudar sempre que precisei.

Ao SINDIPETRO-NF em especial a Assistente Social Maria José que me presenteou com a bibliografia base desse trabalho.

E ao meu orientador Wanderson Fábio de Melo que, com toda calma, serenidade e inteligência confiou em mim me orientando e se mostrando interessado em meu tema.

À todos, muito obrigada!

*“Grana suja,
Grana justa,
Grana fácil,
Grana curta,
Grana pra você comprar ajuda*

*Grana sexy,
Grana vídeo,
Grana moda,
Grana vício,
Grana pra você comprar destinos*

*Pedágio, plágio
A grana do tráfico
Suborno, conforto
A grana do jogo
Grana pra você comprar o almoço*

*Quanto vale o show?
Quanto vale o amor?
Quanto vale então fazer das tripas coração?*

*Quanto vale o som?
Quanto vale a dor?
Quanto vale a culpa e um pouquinho de atenção?*

*Pedágio, plágio
A grana do tráfico
Suborno, conforto
A grana do jogo
Grana super star terceiro mundo.”*

LA PLATA, Jota Quest

RESUMO

O presente Trabalho pretende analisar a forma de poder da empresa estatal Petrobras sobre os trabalhadores *offshore* da Bacia de Campos. Como a rotina de trabalho interfere na reprodução da força de trabalho. Para realizarmos nossa análise, nos sustentamos em teorias que defendem a influência que o trabalho em regime de confinamento pode trazer para a vida social do trabalhador fora da rotina de trabalho. Esta análise se desenvolve a partir da configuração da empresa, enquanto estatal, se estendendo para a área de produção e exploração, especificamente a Bacia de Campos, procurando mostrar o quanto a rotina de trabalhadores *offshore* rebatem na vida social dos mesmos. Além disso, descreve e investiga o modo como estes trabalhadores interpretam suas condições de trabalho, em especial, os riscos. Vale ressaltar que este trabalho também contribui de forma objetiva para um estudo sobre a atuação profissional da esfera estatal atendendo demandas oriundas dos trabalhadores embarcados.

Palavras-chave: Trabalho, *offshore*, Petrobras, ruptura familiar, saúde mental.

ABSTRACT

This work aims to analyze the form of power that private enterprise has on its workers , in particular , Petrobras on offshore workers in the Campos Basin . As the work routine interferes with the reproduction of the labor force. To accomplish our analysis , we sustain ourselves in theories that argue the influence that the work in confinement can bring to the social life of the worker out of the routine work . This analysis is developed from the company's configuration, as State , extending to the area of production and exploitation , specifically the Campos Basin , trying to show how much the routine offshore workers folded in the social life of the same . It also describes and investigates how these workers interpret their working conditions , in particular the risks. It is noteworthy that this work also contributes objectively to a study on the role of professional state level meeting demands coming from the embedded workers.

Key Words: Work, offshore , Petrobras , family breakdown , mental health

LISTA DE SIGLAS

AHRA	Adicional de Hora de Repouso e Alimentação
AMS	Assistência Multidisciplinar de Saúde
AP	Adicional de Periculosidade
ARC	Adicional Regional de Confinamento
ATN	Adicional de Trabalho Noturno
ECOS	Estação Central de Operação e Supervisão
FTA	Flexitubo e Arame
FPSO	Floating, Production, Storage and Offloading
FSO	Floating and Offloading
FUP	Federação Única dos Petroleiros
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
NS	Navio Sonda
PAE	Programa de Assistência Especial
PCE	Plataforma Central de Enchova
PIDV	Programa de Incentivo de Demissão Voluntária
PLR	Participação nos Lucros e/ou Resultados
SCA	Serviços de Completação e Avaliação
SPA	Sistema de Produção Antecipada
SPO	Serviço de Poço
SS	Semi Submersível
TIR	Turno Ininterrupto de Revezamento
TPD	Tensão pré-desembarque
TPE	Tensão pré-embarque

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA DA BACIA DE CAMPOS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO OFFSHORE	3
1.1 <i>As relações e os processos de trabalho vinculados à exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos</i>	5
1.2 <i>Macaé, de “Princesinha do Atlântico” para “Capital Nacional do Petróleo”</i>	
1.3 <i>Entendendo a dinâmica offshore</i>	8
CAPÍTULO 2 – PETROLEO BRASILEIRO S/A: EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO OU EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR?	14
2.1 <i>A Identidade do Trabalhador offshore</i>	14
2.2 <i>A rotina do trabalhador offshore da Bacia De Campos: Segurança, Saúde e Riscos</i>	17
2.3 <i>Um evento grave na indústria offshore brasileira: O acidente da Plataforma de Enchova como “O Marco Histórico na vida dos trabalhadores.”</i>	24
CAPÍTULO 3 – TRABALHADOR OFFSHORE E SUA RELAÇÃO FORA DO CONFINAMENTO.	28
3.1 <i>Momento do desembarque: o restabelecimento das relações afetivas</i>	28
3.2 <i>trabalhador Petrobras offshore: a remuneração compensa?</i>	33
3.3 <i>Depressão e Trabalho: O mal do século</i>	37
3.4 <i>A intervenção dos Assistentes Sociais frente às demandas relacionadas aos trabalhadores offshore da Bacia de Campos</i>	39
3.5 <i>Os Assistentes Sociais e a ótica capitalista: Uma visão contraditória?</i>	40
3.6 <i>A atuação dos Assistentes Sociais na Petrobras e os desafios para a efetivação do projeto ético-político da profissão</i>	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
ANEXOS	49

BIBLIOGRAFIA	53
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

No presente trabalho se desenvolve um estudo da situação dos trabalhadores da Petrobras especificamente na Bacia de Campos e na área de exploração e produção de petróleo. Analisa-se a situação do trabalhador *offshore* através de pesquisas realizadas com funcionários, além de uma breve investigação do modo de trabalho, a vida cotidiana destes e das suas condições em regime de confinamento.

O trabalho desde sempre tem seu papel primordial no que diz respeito à vida social humana. Sem ele, não existe desenvolvimento da humanidade bem como a transformação que é dada à natureza através das ações do homem segundo os escritos de Marx (1993).

Quanto ao cotidiano, Heller (1992 p.18) define como um fato que já é inserido na vida do homem em todas as fases da vida, em qualquer sociedade. “O indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade em questão. É adulto capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.”

A escolha pelo tema originou-se pelo fato da Petrobras ser uma empresa com nível de concorrência elevada no que diz respeito aos seus processos seletivos e, como ponto indispensável para a elaboração desse projeto, temos também a visão do trabalhador como trabalhador de uma empresa altamente atrativa e concorrida através dos seus processos seletivos, oferecendo melhores salários e benefícios aos que almejam fazer parte dela.

A complexidade do universo *offshore* tem despertado, ao longo dos anos, interesses de vários pesquisadores, principalmente nas áreas humanas e sociais, incluindo os Assistentes Sociais. Como objeto final desse trabalho, é relevante tratarmos através da visão de alguns autores a vida social dos trabalhadores embarcados em regime de confinamento, a saúde mental e a intervenção profissional dos Assistentes Sociais para as demandas relacionadas à rotina dos seus trabalhadores em sociedade.

Uma problemática percorrerá o desenvolvimento desta reflexão: a despeito da elevada remuneração dos petroleiros embarcados ser elevada em comparação a outras categorias de trabalhadores, os contatos com os dados e a observação da situação dos funcionários que embarcam, permite afirmar que esses trabalhadores têm sua saúde prejudicada. Como contribuição, realizamos questionário com perguntas pertinentes além de entrevista com dois funcionários da Petrobras, aqui

chamados de “Rubens” e “José”, para que as imagens sejam preservadas. Rubens é funcionário concursado da Petrobras desde o ano de 2002, com escala fixa e lotado na Plataforma Petrobras 7, (P-07) situada na Bacia de Campos em regime de Turno Ininterrupto de Revezamento e José é também funcionário concursado da Petrobras porém há mais de 25 anos, sendo 15 em regime offshore. Hoje trabalha em regime administrativo na gerência SPO/SCA/FTA localizada da sede do Parque de Tubos em Macaé.

Foi de suma importância destacar no primeiro capítulo a origem do petróleo bem como o surgimento deste, e, conseqüentemente, da Petrobras na Região Norte Fluminense representado pela Bacia de Campos como pólo *offshore*. Para isso, foram coletados dados da história da cidade de Macaé que hoje é titulada como Capital Nacional do Petróleo. Para a realização dessa pesquisa, foram relevantes as contribuições do autor do livro “A face oculta do ouro Negro: Trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera da Bacia de Campos” Figueiredo¹ (2012) entre outros autores que contribuíram com suas obras para a análise de dados da Petrobras e das cidades da região que compõem a Bacia de Campos.

No segundo capítulo, identificamos a rotina do trabalhador da empresa estatal Petrobras em curso, ou seja, em regime *offshore*. Para tal, realizamos uma pesquisa com contribuições de Sevá Filho (1997), Ferreira e Iguti (1996) e Wanderley Codo (2004) para a construção da identidade do trabalhador e sua rotina como funcionário da estatal Petrobras em regime de confinamento.

Contribuindo para as informações do terceiro capítulo deste trabalho, realizamos pesquisas individuais com 57 funcionários em regime *offshore* da Petrobras através de um questionário com dez perguntas pertinentes a várias etapas do trabalho desde sua vida pessoal até sua vida de profissional confinado, além de uma entrevista com dois funcionários de ambos os regimes de trabalho. As questões suscitadas no questionário das entrevistas individuais me permitiram acessar aspectos importantes sobre o ponto de vista dos funcionários da Petrobras no que diz respeito aos regimes de trabalho adotados além da opinião do trabalhador quanto à sua vida social além da rotina profissional, um dos objetivos principais deste Trabalho.

1 . Marcelo Figueiredo nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1963. Fez pós-doutorado em Psicologia Social do trabalho na UERJ, doutorado e mestrado em engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, universidade na qual se graduou em Engenharia Civil. Leciona atualmente no Departamento de Engenharia de Produção da UFF, nos cursos de graduação e pós-graduação. É co-organizador do livro “Labirintos do trabalho (DP&A, 2004).

CAPÍTULO 1 – A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA DA BACIA DE CAMPOS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO OFFSHORE

O resgate histórico pretendido nos próximos itens visa assegurar uma apropriação, de forma sintética, a história da Petrobras e como esta se insere na cidade de Macaé que representa umas das cidades pólo da Bacia de Campos. Bem como, a história da indústria petrolífera e como se consolidou na região norte Fluminense, abordando a reestruturação do capital e seus impactos na cidade.

Considerando que este Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a analisar a demanda dos Assistentes Sociais frente à atual situação dos trabalhadores embarcados e sua rotina fora do confinamento, não podemos deixar de mencionar a origem da categoria *offshore*, sua importante no mundo do trabalho e suas particularidades no capitalismo contemporâneo. Para tal, iniciaremos com uma breve abordagem da categoria trabalho para que possamos entender a forma como os membros de uma sociedade de organizam e se reproduzem para tal, contaremos com contribuições de Cruz (2003), Serra (2007) e Figueiredo (2012)

1.1 AS RELAÇÕES E OS PROCESSOS DE TRABALHO VINCULADOS À EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETROLEO NA BACIA DE CAMPOS.

Considerando que nosso trabalho se propõe a analisar a rotina do trabalhador *offshore* e como tal acontecimento se resulta em demandas para os Assistentes Sociais, seria impossível não remetermos a Petrobras principalmente pela importância da empresa na região em vários âmbitos. Neste sentido, antes de iniciarmos nossa explanação, cabe destacar que a Petrobras é uma empresa pública, de economia mista, tendo o governo o controlador de suas ações.

Figueiredo (2012) analisa a indústria do petróleo como um fenômeno que surge no cenário mundial pouco antes do final do século XIX como consumo de massas. Mas é no começo do século XX que inicia sua escalada de maior relevância no mercado mundial aos surgirem os primeiros veículos dotados de motores a combustão interna. Fenômeno que se intensificou na Primeira Guerra Mundial, quando o carvão mineral foi cedendo lugar ao óleo diesel, empregados nas caldeiras dos grandes navios da época. Ainda na Segunda Guerra Mundial, o petróleo foi considerado o “combustível da guerra”. Nas décadas que se seguiam à Segunda

Guerra, o petróleo foi peça relevante em inúmeras crises de projeção internacional. No mesmo período pós Guerra, o petróleo também consolidou seu papel de centralidade na economia mundial. O capitalismo entrou numa fase de expansão industrial, aumentando de modo expressivo a demanda energética em escala global, tornando assim o petróleo indispensável para viabilizar a reprodução ampliada das grandes corporações. Ganhou forte impulso com a utilização generalizada de seus derivados (gasolina, diesel e querosene) no transporte rodoviário, ferroviário, naval e aéreo, assim como na fabricação de vários bens de consumo e produtos industriais gerados pela cadeia petroquímica.

A análise de Cruz indica claramente os interesses que se organizam em torno de um projeto das elites dominantes da região afirmando que:

A partir da década de 70 do século XX, a mesorregião Norte Fluminense, no norte do estado do Rio de Janeiro, sofreu a intervenção de dois grandes projetos econômicos nacionais _ a implantação do Proálcool e a extração do Petróleo da Bacia de Campos, que injetaram elevados recursos em dinheiro e capital fixo na região.

Serra (2007) informa que em anos recentes, os investimentos na indústria do petróleo vêm desempenhando um papel fundamental do que diz respeito ao processo de desenvolvimento da economia brasileira sem levar em conta que o petróleo trata-se de um recurso não renovável, altamente estratégico e sua exploração envolve o domínio da tecnologia de ponta. Os setores que operam nesse contexto atuam de modo globalizado. As áreas produtoras funcionam como campo de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos aeroportos, bens, homens e informações. Essa indústria contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar processos de mudanças estruturais, uma vez que o petróleo constitui uma fonte privilegiada de recursos naturais capaz de fornecer divisas, energia e insumos a partir das quais é possível dar início ao processo de industrialização.

A Bacia de Campos é a bacia que mais produz na margem continental brasileira sendo atualmente responsável por 80% da produção nacional de petróleo. A exploração da Bacia de Campos ganhou impulso em 1974 com o descobrimento do Campo de Garoupa². Porém, somente em 1977, com a descoberta do Campo de Enchova³ a Bacia de Campos alavancou a produção de petróleo pesado.

Ainda sobre a Bacia de Campos, esta produz atualmente 85% do petróleo nacional, sedia a maior unidade da Petrobras e centenas de empresas correlacionadas, formando um complexo petrolífero que se expande cada vez mais atraindo novos investimentos e pessoas de várias localidades do Brasil e exterior.

Portanto, não podemos deixar de destacar as relações e os processos de trabalho relacionados à exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos relacionando-o às condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores, neste caso em especial os trabalhadores do ramo *offshore* que atuam em regime de confinamento. Um contexto no qual observamos uma subordinação consciente as situações cotidianas de periculosidade e penosidade, ou seja, uma vivência de alto risco em troca de um vínculo empregatício e um mercado de trabalho altamente competitivo.

1.2 MACAÉ, DE “PRINCESINHA DO ATLÂNTICO” PARA “CAPITAL NACIONAL DO PETROLEO”

Consideramos relevante colocarmos em questão a importância da Petrobras e demais municípios da região Norte Fluminense. Assim, destacaremos alguns aspectos relacionados à instalação da estatal na região e às mudanças que impactaram principalmente a população macaense.

Chamamos a atenção para o caso de Macaé, uma cidade de aproximadamente 207 mil habitantes⁴ que atualmente sofre impactos com o crescimento desordenado desde a vinda da sede da Petrobras. Com contribuições de Serra (2007) podemos afirmar que a cidade que, antes tinha a pesca a atividade econômica tradicionalmente, cresceu de forma relevante e a atividade acabou sendo esquecida recebendo poucos investimentos e incentivos. Para tentar diminuir os danos causados às famílias pesqueiras, em 2007 foi criada a Subsecretaria de Pesca com o objetivo de desenvolver políticas públicas para a cadeia da pesca no município. A população de Macaé remonta ao período de colonização do Brasil, no século XVII.

2 Plataforma petrolífera que em 1984 teve um dos piores acidentes da história da Petrobras onde 37 trabalhadores morreram devido à queda de uma das baleeiras que retiravam trabalhadores da unidade.

3 Dados segundo dados do último SENSEO de 2010.

4 Plataforma petrolífera localizada na região sudeste do rio de Janeiro cravada a 120 metros de profundidade.

Inicialmente ocorreu diante da ameaça de invasão da costa por piratas, que tinham interesse em contrabandear o pau-brasil, que na época era abundante na região. E, desde então, a base da economia do município foi voltada para a pesca e agropecuária, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim, até o início de 1970, a economia de Macaé fundamentava-se no plantio de cana-de-açúcar e de café, na pecuária e na extração de pescado. Até então, Macaé era considerada uma cidade de pequeno porte com apenas 35.360 habitantes aproximadamente.

Em 1974, ano da descoberta do petróleo na região, Macaé passou a viver um novo modelo econômico com a chegada da Petrobras em 1978 que resultou em um crescimento demográfico acelerado. Segundo Carli (2012, p.02)

Na década de 1970, a então chamada “princesinha do Atlântico” passa a ser reconhecida como a “capital brasileira do petróleo”. A instalação da PETROBRAS na cidade em 1978 trouxe novas configurações para a estrutura produtiva da cidade e do seu entorno. A pesca e a agropecuária deixaram de ser o alicerce da economia. Sua estrutura produtiva passa a ser marcada pela absorção de força de trabalho inserida na área petrolífera, o que acarreta um processo de rearranjo econômico, político, demográfico e territorial.

O mercado *offshore* e a indústria petrolífera acarretaram mudanças resultando em condições para reestruturação da base econômica e social de Macaé e Campos dos Goytacazes. Campos, por exemplo, até a década de 1970 vai perdendo sua função como pólo atrativo de emprego com a indústria canavieira para Macaé. Tal acontecimento traz novos contornos para a estrutura migratória e de emprego na região e, conseqüentemente, uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico (CARLI, 2012). Macaé passa então a se tornar a “cidade do emprego” não só para moradores de Campos, mas de toda região. Posteriormente, passa a se tornar campo de trabalho para vários profissionais de todo o país, caso que trataremos mais adiante.

Ainda sobre o crescimento de Macaé, Carli (2012) destaca que esta significativa mudança é percebida nos indicadores populacionais. Comparando o crescimento populacional do município nos últimos trinta anos, podemos concluir que houve um crescimento populacional de mais de 70% comparado ao ano de 1980. Analisando os números de crescimento populacional incluindo as cidades no

Norte Fluminense, Macaé apresenta um crescimento maior que as demais cidades da região comparadas ao censo de 2000 com 58% a mais de moradores. Crescimento muito superior à média do Estado do Rio de Janeiro (11,1%) e do Brasil (12,3%). Tal crescimento populacional reforça a tese de que muitas pessoas procuram Macaé e seu entorno (Rio das Ostras, Cabo Frio, Conceição de Macabu, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Casimiro de Abreu, Quissamã e Carapebus) em busca de emprego.

Sobre os impactos ocasionados por uma empresa petrolífera em um campo de exploração, Serra (2007) aponta que:

Ocorrem na mesma velocidade da instalação das empresas do setor, isto é: em pouquíssimo tempo, como observado em Macaé. A rapidez e a dimensão dessas transformações são difíceis de serem acompanhadas pela gestão municipal, acarretando uma série de deficiências na oferta de serviços e de infra-estrutura para as empresas e população em geral.

A tendência, em empreendimentos deste tipo, as externalidades podem ser positivas ou negativas. Geralmente, as primeiras são mais seletivas e se referem aos ganhos econômicos, enquanto as segundas são mais onerosas e difusas, afetando o setor social e ambiental.

Quanto ao processo de urbanização de Macaé, Serra (2007) constata que foi bastante acelerado e não ocorreu de forma gradativa. A taxa de urbanização em 1991 foi de 91,37 e em 2000 de 95,13 sendo a maior da Região Norte Fluminense nos dois períodos. Assim, podemos restabelecer uma relação entre a questão industrial e a questão urbana no município. O desenvolvimento do setor petrolífero contribuiu para acelerar o processo de urbanização da região como um todo, sendo que em Macaé, esses impactos foram mais evidentes. Tal atividade contribuiu para a geração de novos padrões demográficos, acarretando uma intensificação do êxodo rural e da migração e, conseqüentemente, do processo de urbanização.

O município de Macaé recebeu um grande contingente de pessoas oriundas de várias partes do Brasil, como também de outros países, o que influencia automaticamente nos processos culturais e valores sociais do lugar e provoca mudanças consideráveis no mercado de trabalho do município e da região. Sobre o processo imigratório no município de Macaé, Serra (2007) destaca que

Macaé destaca-se pela maior entrada de pessoas em relação a sua população total, com uma taxa líquida de imigração de 103 entradas por mil habitantes; enquanto a Região Norte Fluminense apresentou em 200 uma taxa de 46 entradas por mil habitantes.

Neste subitem, nosso objetivo foi discutir o crescimento populacional com o desenvolvimento da Petrobras, exponenciam a desigualdade social numa das cidades mais ricas do estado do Rio de Janeiro agravando as expressões da questão social que se particularizam a partir da instalação da empresa estatal Petrobras. Após tal fato, impactos no ângulo da economia e sociais causaram transformações na cidade de Macaé, e segundo Dias, esse crescimento desordenado “Não melhorou o desempenho econômico apenas da região Norte Fluminense, mas criou novas possibilidades em setores de todo o Estado do Rio de Janeiro, como a indústria gás-químico e a construção naval, estas localizadas da região metropolitana do Rio de Janeiro.” (DIAS, 2005:67).

1.3 ENTENDENDO A DINÂMICA OFFSHORE

Após esta breve exposição sobre a Petrobras e a área de Exploração e Produção, entendemos que se faz necessário descrever, de forma sintética, as principais etapas de um processo operacional oriundos da exploração de Petróleo e Gás Natural na Bacia de Campos.

Porém, o objetivo deste tópico é mostrar as novas configurações do mundo do trabalho e, sobretudo o trabalho *offshore* e seu maior empregador: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

Conforme descrito por Leite (2009), a trajetória *offshore* teve início na década de 1970 e ao longo dos anos a Petrobras foi se tornando setor de ponta nesse cenário. O crescimento da Bacia de Campos com o surgimento de novos poços de exploração de petróleo transformou essa região numa gigantesca área industrial onde são utilizadas as mais novas tecnologias em produção de petróleo em águas profundas, que servem de referencial para a indústria petrolífera mundial. Essa configuração profissional proporciona a Petrobras a ser a pioneira em tecnologia de extração de petróleo no setor petrolífero brasileiro e, atualmente na quarta empresa no *ranking* das maiores petrolíferas de capital aberto do mundo.

Ainda, segundo Leite (2009), os trabalhos *offshore* são caracterizados pela

não interrupção dos seus processos e operações durante os 365 dias do ano, exigindo apenas substituições nas equipes de trabalho, que se revezam de forma ininterrupta. Essas condições de trabalho assumem complexidades consideráveis no universo *offshore*, uma vez que em todas as atividades e etapas produtivas existem 'riscos intrínsecos e variados' provenientes dos numerosos processos físicos e químicos que compõem a lógica industrial.

As áreas de negócio E&P compreendem todas as atividades ligadas à exploração, ao desenvolvimento da produção e à produção de óleo e gás natural no Brasil, tanto em campos terrestres quanto em marítimos, atendendo prioritariamente, as refinarias do país e a comercialização nos mercados interno e externo do excedente de óleo.

Para entendermos melhor, com contribuições de Choeuri (1991), de um modo geral, é um processo que se configura em cinco fases: prospecção, perfuração, completação, produção e transporte. Porém, só com a perfuração do poço é que os especialistas poderão ter a certeza da presença de hidrocarbonetos no local. Se as informações obtidas forem positivas, a partir dos testes realizados com esse poço, serão estabelecidas novas locações (poços de delimitação ou extensão) a serem perfuradas que irão determinar os limites de campo e também podem estimar a produção diária de petróleo do poço. A decisão de entrada em produção é tomada somente se as perspectivas do reservatório justificarem os pesados investimentos para a montagem do empreendimento, ou seja, se o volume aproveitável de petróleo for comercialmente viável. Cabe destacar que nem todo volume de óleo encontrado é extraído, pois mais da metade do total descoberto permanece no local, aguardando que novas técnicas sejam criadas e que viabilizem a extração dos hidrocarbonetos de forma economicamente rentável para a empresa

Sevá Filho (1997) define o risco na indústria petrolífera como "técnico, coletivo e ambiental". Considera como riscos técnicos aqueles que tenham origem em eventos tecnológicos e em condições organizacionais ou tenham origens naturais agravadas pela tecnologia ou pela organização que podem vitimar indivíduos e coletividades humanas dentro ou fora dos locais de produção; e que já resultaram ou resultarão em alterações ambientais significativas, sejam em eventos

agudos destrutivos, sejam processos latentes, combinações inéditas, efeitos cumulativos em partes desconhecidos. A grande questão inicial ligada à exploração petrolífera no mar é, sem dúvida, a decisão de onde perfurar um “poço exploratório”, ou poço pioneiro, uma vez que os custos envolvidos são bastante superiores à perfuração terrestre, é fundamental que esta decisão seja devidamente respaldada por uma criteriosa avaliação técnica. A perfuração no mar é mais complexa na medida em que o solo marinho, onde inicia a perfuração propriamente dita, pode estar situado a dezenas, centenas ou milhares de metros abaixo da superfície marítima, sem levar em conta que existem perfurações que ultrapassam a barreira dos dois mil metros de profundidade. Além disso, as unidades de perfuração ficam submetidas às cargas oriundas das intempéries do meio marítimo, tais como ondas, correntes e ventos. Assim, antes da perfuração do poço exploratório, que irá confirmar a existência ou não de uma jazida, procede-se a realização de estudos magnéticos, gravimétricos e sísmicos, indicadores da possibilidade de existência de jazidas.

A atividade de perfuração no mar, assim como a de produção, pode ser feita mediante o emprego de plataformas fixas ou móveis⁵. E no que tange à tecnologia de processo, pode se dividi-las em três grandes famílias (PESSANHA, 1994): a primeira, que abrange aquelas cujos sistemas eram baseados em painéis sinóticos. A segunda, na qual se inserem aquelas unidades constituídas pelos sistemas de lógica programável e em que os controles já eram eletrônicos. A terceira, que envolve aquelas com a presença do sistema ECOS. Um sistema de automação e controle da unidade que possibilita o monitoramento das operações de campo e envio de comandos para a operação de diversos sistemas. Dito de outra maneira, a lógica desse sistema é a de que o operador, a partir da sala de controle, pode acessar todos os dados do processo e, com base nas informações obtidas, intervir sobre este último. O ECOS efetivamente automatizou o controle do processo, alterando de forma radical sua supervisão.

É imprescindível que, para discutirmos as condições de trabalho dos funcionários *offshore* da Petrobras e quais relações de trabalho são consideradas como potenciais situações produtoras de adoecimento saibamos as diferenças e

⁵ As ilustrações indicativas de alguns dos principais elementos que integram o dispositivo técnico encontram-se no Anexo 1, ao final do trabalho

relações entre os tipos de Plataformas instaladas na Bacia de Campos.

Segundo Santos (1995), plataformas denominadas fixas mais comuns são aquelas fundeadas no leito oceânico por intermédio de uma jaqueta de aço ou por uma estrutura de concreto, podendo operar tanto para a perfuração quanto para a produção. A jaqueta é constituída por uma enorme estrutura metálica cravada no fundo do mar, que se estende até acima da linha d'água e sobre a qual se apóia a plataforma. Só na Bacia de Campos existem 14 plataformas desse tipo, sendo que sete fazem parte do programa de implantação do sistema definitivo de produção da Bacia de Campos⁶, projetadas para a perfuração e a produção e instaladas em lâminas d'água variando entre 100 e 175 metros. As outras sete fazem parte do grande empreendimento seguinte: o pólo nordeste⁷. Foram projetadas apenas para a produção e instaladas em lâminas d'água variando de 80 a 100 metros. No entanto, em outros países podemos encontrá-las em profundidades bem superiores, como é o caso da plataforma de Cognac, no Golfo do México, assentada a 310m, em 1978, a maior desse tipo até então. Para a montagem dos quatro módulos de sua jaqueta, utilizou-se parte da tecnologia de ancoragem do projeto Apolo (espacial).⁸ As plataformas de concreto são fixadas por gravidade (em função do seu peso) com a base de apoio projetada em concreto, onde pode ser estocada grande quantidade de óleo. São utilizadas com maior freqüência em áreas *offshore* de clima mais rigoroso por serem extremamente resistentes às condições marítimas adversas, justificando sua presença marcante no Mar do Norte desde os anos 1970.

No Brasil, seu uso é limitado às regiões de pequenas lâminas d'água, como no Rio Grande do Norte, devido às características da linha litorânea brasileira que não comporta sua construção em lâminas maiores. As plataformas móveis mais usuais são classificadas em auto eleváveis, semi-submersíveis, navios sonda e FPSO's. As três últimas funcionando a concepção de sistemas flutuantes porque não têm estrutura de apoio fixando-as no solo marinho. A rápida descrição contida nos quatro próximos parágrafos baseou-se principalmente em Thomas (2001), Corrêa (2003) e Cardoso (2005).

6 Duas Plataformas centrais (Enchova e Garoupa) e cinco plataformas satélites (Namorado 1 e 2, Cherne 1 e 2 e Pampe). Por exigir alguns anos para a implantação desse sistema definitivo de produção, a Petrobras lançou mão do sistema de produção antecipada, objetivando justamente uma antecipação da produção.

7 A plataforma central de Pargo (na verdade, duas plataformas interligadas, uma de produção/processamento e a outra de utilidades) e cinco plataformas satélites (Vermelho 1, 2 e 3 e Carapeba 1 e 2).

8 Conforme o documentário exibido em 2009 pelo National Geographic Channel.

As auto eleváveis são triangulares (três pernas) ou retangulares (quatro pernas) e projetadas para operar em lâminas d'água de até 150 metros, normalmente como plataformas de perfuração. Quando posicionadas no local de perfuração, suas pernas movimentam-se verticalmente através do casco, descendo até o leito do mar e erguendo a plataforma até uma altura segura, acima das ondas. Após esse posicionamento, permanecem praticamente fixas; ao término da perfuração, as pernas são suspensas e, então, a plataforma está pronta para ser rebocada. As semi-submersíveis são estruturas flutuantes ancoradas por cabos e amarras em catenária. Apóiam-se em flutuadores submarinos, cuja profundidade é alterada através do bombeamento de água para o interior ou o exterior de seus tanques de lastro, conforme a necessidade, permitindo que os flutuadores permaneçam sempre posicionados abaixo da zona de ação das ondas. Inicialmente projetadas para as atividades de perfuração, passaram a operar, também, como unidades temporárias de produção dando origem aos Sistemas de Produção Antecipada (SPAs). As semi-submersíveis também possuem sua estrutura montada sobre um flutuador, mas ao chegarem a sua locação são lastreadas até o seu casco inferior se apoiar no fundo. Tem sua utilização limitada em função de sua pequena capacidade de lâmina d'água, por profundidade. Os Navios sonda são semelhantes aos navios convencionais e assim como as semi-submersíveis, permanecem flutuando sobre a locação. Inicialmente, eram adaptados, mas passaram a serem cada vez mais projetados, especialmente como unidades de perfuração. Possuem autopropulsão, dispensando o uso de rebocadores para transporte. Também são dotados de uma abertura no centro do navio (moon pool), espaço por onde passa a coluna de perfuração. E, enfim, as plataformas do tipo FPSO, funcionam como unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarga. São bastante complexas e variadas que têm como objetivo receber o petróleo produzido pelos poços como também proceder a separação e tratar dos fluidos produzidos para enfim distribuí-los para a terra ou para navios de armazenagem.

Todas as estruturas flutuantes exigem a utilização de sistemas de ancoragem e decorrência da movimentação constante a que estão sujeitas devido a ação das ondas, correntes e ventos.

É importante frisar que em profundidades até 320 metros ocorre, com certa freqüência, a intervenção humana de mergulhadores para manutenção, reparo, Inspeção ou instalação de equipamentos que compõem cada uma das unidades

marítimas como árvores de natal, manifolds e linhas flexíveis. Os mergulhadores podem até mesmo deslocá-los com o auxílio de pára-quadras⁹. Para maiores profundidades, nas quais os mergulhadores estão impossibilitados de intervir, a Petrobras vem desenvolvendo, desde 1980, projetos pioneiros envolvendo tecnologias para águas profundas e ultra profundas¹⁰ cujos dispositivos já são projetados para operar sem intervenção de mergulho.

Diante do exposto, é possível verificar que o espaço *offshore* se configura por processos e atividades complexas, perigosas, contínuas e coletivas e que envolvem os mais diversos riscos. Acrescenta-se a esta configuração, a permanência durante quatorze dias em confinamento em alto mar, o que eleva substancialmente as proporções do resultado dessa conclusão aos trabalhadores. E como existem diversas categorias profissionais que convivem com o risco, isto é, com danos a sua saúde física e mental relacionados à atividade que exercem, e, por muitas vezes, este risco sendo inerente à vontade do trabalhador, na atividade *offshore*, tais riscos se potencializam, visto que os trabalhadores deste ramo convivem desde o momento que precisam iniciar sua jornada de trabalho. Caso que seja melhor detalhado no capítulo 2.

9 Uma espécie de lona inflável com ar comprimido, empregada para suspender ou neutralizar o peso de peças que devem ser deslocadas ou instaladas no fundo. Os maiores, com capacidade para 5 e 10 toneladas, ficam parecendo verdadeiros balões submarinos.

10 Faixas de profundidade a partir das quais a tecnologia distingue-se e sobremaneira daquela usualmente adotada. Em perfuração, são aquelas lâminas d'água que se situam entre 400 e 1000 metros em águas profundas e acima de 1000 metros em águas ultra-profundas. Tais patamares também refletem o estado tecnológico do momento e podem ser revistos com os possíveis avanços que, por ventura, venham a ocorrer.

CAPÍTULO 2 – PETROLEO BRASILEIRO S/A: EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO OU EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR?

Todos os trabalhadores ligados à indústria do petróleo são os responsáveis direta ou indiretamente pelo desenvolvimento e crescimento das regiões ligadas a esta indústria, bem como o crescimento do país. O trabalhador Petrobras em regime *offshore*, objeto deste capítulo, requer uma atenção especial. São profissionais concursados e qualificados que dispensam anos de vida para se dedicarem a uma atividade desgastante na qual permanecem muitos dias a bordo de unidade marítimas.

Neste capítulo, inicialmente iremos identificar este trabalhador e enfatizar sua vida profissional bem como a necessidade de uma qualificação para sua inserção no mercado de trabalho especialmente como funcionário da Petrobras. Uma empresa que cresce a cada dia e desejada por muitos dentro e fora do Brasil por se tratar de uma empresa estatal e com alto índice de concorrência em seus processos seletivos.

É de suma relevância que destaquemos o cotidiano desses profissionais desde a saída de suas casas, as longas e cansativas viagens até seu local de destino que se resulta em um ambiente distante e altamente arriscado. Situações estas que contribuem para a desqualificação desse trabalhador em vários aspectos da sua vida.

Muitos trabalhadores apresentam problemas de várias ordens. Dificuldades e sintomas apresentados no âmbito psicológico, social, econômico e cultural tem sido instrumento de pesquisa de muitos profissionais nas áreas humanas e sociais.

Abordaremos também a segurança. Sua exposição a um ambiente de alto risco. Tal exposição a este tipo de ambiente vem desqualificando a vida social do mesmo afetando seu convívio familiar caso a ser apresentado no terceiro capítulo deste trabalho.

2.1 A IDENTIDADE DO TRABALHADOR OFFSHORE

As atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo do mar são regidas pela lei 5.811/72 (BRASIL, 1972). Podemos caracterizar

o trabalho em plataformas segundo Castro (2013) como características bem específicas no que diz respeito à remuneração, aos períodos de trabalho e aos de descanso. O percentual específico de comparação entre salários varia de tempos em tempos. Entre os vários e atrativos benefícios oferecidos, a Petrobras oferece os percentuais garantidos por lei.

Para abordar a questão da identidade do trabalhador offshore é imprescindível considerar que as expectativas, as representações e os comportamentos desses homens não são determinados por um processo natural e homogêneo e sim no processo histórico e nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da classe onde se inserem. Segundo Codo (2004) “*Cada gesto, cada palavra, cada reflexão, cada fantasia traz a marca indelével, indiscutível de sua classe social, do lugar que o indivíduo ocupa na produção.*”

Desde o final de 1970, a Bacia de Campos na região Norte Fluminense mudou drasticamente a vida daqueles que nela passaram a empregar sua vida produtiva bem como a de seus familiares e vizinhos. O petróleo veio como promessa de um desenvolvimento regional num cenário marcado pelo engessamento das relações de poder e pela estagnação econômica, centrada na exploração da cana-de-açúcar, no caso da região de Campos dos Goytacazes, na pesca artesanal, no caso de Macaé e na exploração de mão de obra pouco qualificada no caso de ambas as regiões. Ainda assim, considerando que a economia do petróleo requer um perfil profissional que não seria facilmente reconvertido da mão de obra do corte de cana ou da pesca, não se pode falar hoje numa superação do quadro de pobreza e desigualdades sociais típico da região.

Hoje, no mundo do trabalho, temos o emprego de um conjunto de conhecimentos e técnicas mais refinadas e, também, um novo tipo de profissional, o trabalhador flexível. Aquele que em tese, é capaz de atuar em diferentes situações de produção e lidar com eventos não previstos.

O trabalhador *offshore* da indústria petrolífera da Bacia de Campos realiza seu trabalho de forma geral com períodos embarcados em plataformas, sondas e navios e outros de folga em terra. Há distintos perfis profissionais na indústria petrolífera que são reconhecidos diferencialmente, o que dificulta, sobretudo hoje, sua auto percepção como trabalhadores de um mesmo mundo. Estabilidade, salário direto e indireto, regimes de embarques, atividades realizadas, condições de trabalho, possibilidade de comunicação com os que encontram em terra, status,

distintos estratos da mão de obra *offshore* na Bacia de Campos desenvolvem construções distintas de sua atividade.

Quanto ao dia a dia e a rotina de atividades, podemos dizer que há muitas semelhanças entre as plataformas. Em muitos casos, os trabalhadores atuam em turnos em turnos de 12 horas¹¹, mas há exceções, pois há o regime de sobreaviso a fim de garantir a normalidade das operações, ou para atender aos imperativos de segurança industrial. Nestes casos é exigida a disponibilidade do trabalhador em tempo integral (no local de trabalho ou nas proximidades), por 24 horas, mesmo durante o período que seria destinado ao repouso e descanso.

Se é inegável o ganho econômico do trabalhador em regime *offshore*, os riscos do trabalho em alto mar, o transporte dos trabalhadores entre o continente e as unidades marítimas, o confinamento nas instalações operacionais, o distanciamento do convívio familiar e social, as condições de trabalho, muitas vezes perigosas e insalubres, dentre outras, causam problemas no que diz respeito à estrutura da saúde deste. Saúde tanto física quanto mental.

Com as exigências impostas pela rotina desses trabalhadores *offshore*, observamos que estas ultrapassam o campo das competências cognitivas e técnico operacionais, levando os trabalhadores a situações de sofrimento moral podendo resultar em danos psíquicos, físicos e morais que muitas vezes podem se tornar irreversíveis. Segundo Ribeiro, 2011 pesquisas afirmam que

Trabalhadores offshore são menos satisfeitos com seus trabalhos do que os trabalhadores onshore e que possuem níveis de ansiedade significativamente mais altos. Seus dados mostravam ainda que os problemas familiares decorrentes eram fortes indicadores de insatisfação no trabalho e de questões de saúde mental.

Com contribuições significativas de Ribeiro (2011), podemos destacar que um dos malefícios do trabalho embarcado é o convívio com situações permanentes de “*stress*” oriundas do ambiente operacional de produção com constantes metas a serem alcançadas a curtíssimos prazos, bem como o desgaste decorrente do convívio diário com os colegas de trabalho em espaços limitados. O excesso desta carga emocional costuma variar de acordo com o período de embarque, maximizando-se principalmente no início e no fim do ciclo da jornada de embarque.

11 Sendo do 1º ao 7º dia com escala de trabalho das 7h às 19h e do 8º dia ao 14º dia com escala de trabalho das 19h às 7h.

Paralelamente, esta rotina de embarque/desembarque gera momentos de passagem que demarcam para o trabalhador *offshore*, despedidas e recomeços. Seja despedida dos 21 dias de folgas, do mundo de terra, do desempenho de vários papéis, da convivência familiar, social e afetiva para o retorno ao mundo marítimo; seja o oposto, de volta ao território tão desejado e a convivência tão aguardada. Ambas geram dois tipos de “síndromes”: tensão pré-embarque (TPE) e tensão pré-desembarque (TPD). Ambas conforme detalhado de forma sucinta pelo entrevistado Rubens:

Rubens: “É muito louco...Na TPE faltando 3 dias para embarcar, sinto uma sensação de tristeza. Penso ‘Ah, já está na hora de voltar, vou deixar todo mundo aqui.’ Mas essa sensação diminui quando falta 1 dia para embarcar. Geralmente fico mais agitado, pensando se deixei alguma coisa aqui.”

2.2 A ROTINA DO TRABALHADOR OFFSHORE DA BACIA DE CAMPOS: SEGURANÇA, SAÚDE E RISCOS.

Em princípio, faz-se necessário abordarmos aqui os caminhos percorridos até seu ambiente de trabalho. Inúmeros trabalhadores levantam muito cedo, em diversas cidades do Brasil com destino ao Rio de Janeiro. Alguns por via aérea, outros por terrestre. Passam pela Rodoviária Novo Rio para então fazer a baldeação para o Norte Fluminense percorrendo mais de 3 horas pela BR 101, considerada então a rodovia com maior índice de acidentes automobilísticos, mais precisamente no trecho de Rio Bonito.

Na estação rodoviária de destino, Macaé ou Campos, pegam outra condução até os heliportos mais movimentados do país localizados em Macaé, Farol de São Tomé e o mais novo localizado na cidade de Cabo Frio, de onde irão finalmente “subir”, ou seja, embarcar em helicópteros e voar ainda por meia hora, uma hora ou mais até pousar em cada uma das dezenas de plataformas petrolíferas cravadas ou ancoradas em alto-mar de 80 a quase 200Km de distância da costa, o famoso mundo *offshore*.

Quanto ao trajeto casa x trabalho, gostaríamos de destacar trechos do depoimento do trabalhador Rubens extremamente relevantes para a compreensão do exposto anteriormente:

Rubens: “Como moro em Rio das Ostras, pego uma van alternativa da minha casa até a Rodoviária de Rio das Ostras. De lá aguardo o ônibus que vem de Macaé da empresa que leva a gente até o aeroporto de Cabo Frio onde pego a aeronave e vôo por uns 40 minutos. Faço no mínimo 3h e 30 minutos de viagem”

Passam ali, duas ou três semanas embarcados. Têm ao seu redor, navios de apoio, lançadores de tubos e rebocadores tripulados por estrangeiros. De várias nacionalidades, como destacado por Filho (1997), são brigadas de noruegueses, alemães, italianos e outros europeus, de norte-americanos, árabes, orientais, que ficam no mar por mais tempo que os nacionais.

Atualmente, a Petrobras possui na Bacia de Campos dois tipos de Unidades Marítimas: as plataformas fixas e as que compõem do sistema flutuante, com as semi-submersíveis, os navios sonda, os FPSO's e os FSO's. As plataformas fixas foram as primeiras unidades utilizadas na Bacia de Campos. Estão localizadas nos campos com lâminas d'água de até 200m. São formadas por estruturas modulares de aço, instaladas no local de operação com estacas cravadas no fundo do mar. O seu projeto contempla o recebimento de todos os equipamentos de perfuração, estocagem de materiais, alojamento de pessoal e todas as instalações exigidas para a produção de poços. As semi-submersíveis, conhecidas como SS, são compostas de uma estrutura que comporta um ou mais conveses, apoiada em flutuadores submersos. Assim, devido à ação das ondas, correntes e ventos, sofre várias movimentações que podem causar danos aos equipamentos. Para se manterem no mesmo lugar, numa mesma posição na superfície do mar, possuem sofisticados sistemas de amarração – de ancoragem e de posicionamento dinâmico. O sistema de ancoragem se constitui de 8 a 12 âncoras e cabos ou correntes que atuam como molas que produzem esforços capazes de restaurar a posição do flutuante quanto é modificada pela ação dos agentes naturais. No sistema de posicionamento dinâmico não há ligação física da plataforma com o fundo do mar, exceto a dos equipamentos de perfuração. “*Sensores acústicos determinam a deriva, e propulsores no casco acionados por computador restauram a posição da Plataforma.*” (PETROBRAS 2005)

Os navios sondas são unidades projetadas para a perfuração de poços submarinos. A torre de perfuração sustenta um tubo vertical, coluna de perfuração, onde uma abertura no casco permite a passagem desses equipamentos. As

Unidades do sistema flutuante estão sujeitas a três movimentos de translação e três de rotação e estas movimentações, em decorrência das ondas, ventos e correntes marítimas é mais intensa nesses navios do que nas plataformas semi-submersíveis, por vezes causando muitos enjôos. (RODRIGUES, 2001:100). Já os navios adaptados conhecidos como FPSO's ou Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Escoamento têm a capacidade de processar, armazenar o petróleo e prover a transferência do petróleo e/ou gás natural. E por último estão os FSO's ou Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência de petróleo, construídas a partir de navios. Diferentemente dos FPSO's, estes não possuem capacidade de processar o petróleo, apenas armazenam e transferem para outros navios.

O tipo de alternância embarque/desembarque depende de quem os contratou e do quanto aceitam receber em troca desse trabalho. No caso da Petrobras, os regimes são de quatorze dias no mar por vinte e um dias em terra, porém, o tempo de percurso de casa até a unidade de destino é descontado, naturalmente, do período "em terra". No mar, trabalham todos os dias em grandes em fábricas químicas flutuantes quando não fazem plantão, nos turnos de revezamento, ficam de vigília, em "*stand by*", de sobreaviso a qualquer hora durante seu período de descanso.

Em seu período de descanso dormem dentro das unidades em camarotes. O dormir e o estar desperto são para eles noções totalmente distintas do que são para muitos de nós. Viram noites seguidas, conforme as escalas de turnos e, às vezes, emendam noites com os dias, as tais "dobras" de turno, porque faltou gente ou sobrou muito serviço. Repouso verdadeiro, algo raríssimo.

Como contribuição, seguem relatos do funcionário Rubens no que diz respeito ao período de descanso dos funcionários embarcados. Tal atividade, implica na rotina deste se expressando na sua saúde física e mental.

Rubens: "Sinto mais dificuldade para dormir na primeira semana quando estou acostumado a dormir à noite toda em terra. Quando estou dormindo de dia, tenho meu sonho interrompido às vezes pelo barulho dos colegas que estão acordados na parte do dia ou às vezes, por engano, pelos serviços de hotelaria."

Suas companhias no mar, além da maresia e balanço, são a pressão das chefias e das metas de vários medos: o de errar, de provocar prejuízo, de ser punido. O medo de machucar a si próprio ou aos outros, sem ter ao menos garantido o registro formal do acidente ou da doença. O medo de não poder mais trabalhar e o de morrer queimado, esmagado, afogado.

Essa tensão, segundo Filho (1997), já começa na estrada com suas longas idas e vindas e aumenta no vôo de helicóptero indo até as passarelas e escadas oleosas e apertadas, nos corredores quentes e barulhentos, nos movimentos dos guindastes, nas vibrações e faíscas dos grandes motores elétricos e das turbinas, nas onipresentes emanações de hidrocarbonetos, de gases às vezes letais, como o sulfídrico. Além dos riscos de incêndio e de explosão, os “*kicks*” e *blow outs*¹³,

Ao descrever a rotina dos trabalhadores no ramo petrolífero da Bacia de Campos, FERREIRA e IGUTI (1996) aprofundam e detalham quatro de suas principais características: um trabalho perigoso, complexo, contínuo e coletivo. As autoras iniciam a discussão pelo aspecto relacionado ao perigo que envolve esta atividade, ao alto risco a que estão expostos os trabalhadores, pois

Se há um consenso entre todos os que trabalham com o petróleo, seja numa refinaria ou num terminal, é a noção de perigo. ‘Em uma refinaria de petróleo, a gente costuma dizer que trabalha em cima de uma bomba. É uma bomba pior que muita gente pensa...’ (fala de um petroleiro). Em primeiro lugar, há o perigo de incêndios e explosões, que podem acontecer a qualquer momento, inesperadamente... (FERREIRA e IGUTI, 1996, p.82.)

São frequentes os depoimentos de petroleiros que deixam transparecer representações das refinarias e plataformas associadas a “bombas” ou “barris de pólvora” que podem explodir a qualquer momento. O perigo é, inclusive, reconhecido legalmente pela NR-16¹⁴ em seu anexo 2. Há também os riscos de grandes vazamentos de produtos com alta toxicidade que podem ocasionar acidentes graves e fatais. É amplo o leque de produtos tóxicos, cuja inalação pode gerar danos variados à saúde do trabalhador.

13 Trancos ou verdadeiros coices que a tubulação e a plataforma levam quando bolhas de gás pressurizado sobem das profundezas das rochas que estão sendo perfuradas ou já estão produzindo.

14 Norma Regulamentadora que prevê o pagamento de adicional de periculosidade (30% do valor do salário base correspondente) aos trabalhadores que se dedicam a “atividades ou operações perigosas com inflamáveis”.

Sevá Filho (1997) afirma em epígrafe que “o risco é inerente” à indústria do petróleo com seus sistemas complexos, verdadeiras materializações de tecnologias de alto risco:

O risco técnico é algo intrínseco, e muito característico da indústria do petróleo, isto porque é atacada a epiderme da terra, interferindo com a geomorfologia e a mecânica do subsolo, inclusive do subsolo marinho; - porque se trabalha com hidrocarbonetos que evaporam, se incendiam, explodem, com compostos químicos que contêm ou se transformam em substâncias tóxicas para os homens, sua água, seus alimentos; - porque são operadas máquinas e sistemas que podem desencadear acidentes poderosos, que podem matar e ferir várias pessoas ao mesmo tempo.

Segundo Castro (2013), a Bacia de Campos tem acumulado um histórico considerável de acidentes graves, inclusive com o surgimento de diversos quadros de adoecimento psíquico, como consequência da exposição dos trabalhadores a uma situação em que o trabalho é intenso, coletivo e complexo.

O trabalhador envolvido na exploração do petróleo na Bacia de Campos tem um trabalho intenso porque a produção deve fluir ininterruptamente durante as 24 horas de todos os dias ao longo do ano, condição que demanda o revezamento de vários grupos de trabalhadores na execução de tarefas. Além disso, com contribuições de Castro (2013), diversas partes desse sistema tecnológico se encontram interligadas numa estrutura de rede, em que há inúmeras conexões e os componentes estão completamente acoplados, os casos de falhas podem resultar em acidentes graves devido à imprevisibilidade das múltiplas interações que venham a se estabelecer. Daí a classificação das atividades *offshore* como interdependentes, desgastantes e perigosas.

Mesmo que a própria Petrobras consiga ocultar as informações, os trabalhadores convivem com a memória dos acidentes já ocorridos, a correria e as perdas. Muitas informações referentes aos acidentes ocorridos nas unidades marítimas principalmente são dadas através de informativos impressos pelos Sindicatos. Internamente, por parte da Petrobras, é realizada uma reunião com a empresa do empregado envolvido (no caso de empresas prestadoras de serviços) e sua gerência (lotação) e a estatal para apurarem juntas as causas do acidente, mas tudo de forma sigilosa para não comprometer as estatísticas.

Sevá Filho (1997) ainda acrescenta que os riscos são cada vez mais coletivos porque os efeitos deletérios da atividade petrolífera tendem a se ampliar atingindo tanto os trabalhadores operacionais como os administrativos e, até mesmo, a população habitante das regiões próximas.

Em plataformas *offshore*, a noção de perigo também é consensual ou inerente, porém, com o agravante de que esta se encontra em situação de confinamento e isolamento.

Se tratando de trabalho *offshore*, existe uma característica não pode deixar de ser apontada: O regime de confinamento/isolamento. É classificado como confinamento porque durante quatorze dias seguidos, ao término do turno diário de doze horas, os trabalhadores não retornam às suas residências. Reside na própria unidade petrolífera. Seu local de trabalho passa a ser também sua moradia. Dessa forma, ficam expostos ao risco vinte e quatro horas por dia, ao longo de todo o período em que permanecem embarcados. O isolamento tem esta denominação porque as plataformas se encontram em alto-mar, dificultando não só a remoção das pessoas em casos de atendimentos esporádicos que requerem atendimento em terra como também o abandono do local, na hipótese mais remota de ocorrência de acidentes ampliados, como aconteceu na Plataforma de Enchova em 1984, caso que será citado mais adiante.

Se tratando ainda de riscos em unidades petrolíferas, mesmo com um volume muito grande de procedimentos, o sistema técnico sempre evolutivo.

O risco de acidentes com pessoas e com o meio ambiente é ameaça constante no mundo do petróleo. Ao entrevistar alguns funcionários em regime *offshore*, percebe-se a preocupação dos mesmos com tais questões. A busca desesperada pela redução dos índices de acidentes que costumam "manchar a imagem" das empresas perante a sociedade principalmente sob dos olhares da mídia, costuma criar outros problemas e comportamentos indesejáveis nos trabalhadores.

É claro que as atividades que envolvem a rotina *offshore* é dotada de riscos embora a Petrobras afirme que tem realizado esforços e tem investido na melhoria das condições de trabalho. Porém, o Sindicato da categoria e a FUP contestam estas afirmações demonstrando que estes problemas vêm aumentando, inclusive o número de óbitos. Tais informações são repassadas semanalmente

através do Jornal semanal “Nascente”¹⁵ informativo distribuído semanalmente à toda força de trabalho.

Cada unidade marítima se organiza como uma determinada cidade, com seus sistemas operacionais próprios e sistemas de suporte necessários para seu funcionamento e autonomia como geração de energia, tratamento de esgoto, fornecimento de alimentação, remédios entre outras atividades e num ritmo ininterrupto de 24 horas por dia. A lotação de cada plataforma varia de acordo com seu porte e das especificidades técnicas de seus sistemas operacionais, podendo ter, em média 200 operadores, o que pode variar em decorrência do nível de automação de cada uma.

A cada período de embarque de quatorze dias, duas equipes de operação trabalham durante 7 dias durante o dia em turnos consecutivos de 12 horas e os demais 7 dias durante o período noturno. Este regime de trabalho é denominado Turno Ininterrupto de Revezamento (TIR). Existe também o grupo que trabalha no regime de sobreaviso embarcado. Estes, durante o período de descanso, na própria plataforma, podem ser acionados a qualquer momento para atendimento a emergências operacionais.

Os profissionais que ali trabalham podem residir em qualquer lugar do Brasil ou do exterior. Alguns levam de dois a três dias de viagem no trajeto entre a sua residência e as cidades de Macaé ou Campos dos Goytacazes, de onde partirão rumo às plataformas. Assim, juntam-se homens e mulheres oriundos de locais diferentes, culturas diferentes, expectativas diversas, trajetórias singulares e histórias únicas, em um mesmo espaço físico tendo como meta realizar tarefas que levem à produção de óleo e gás em águas rasas, profundas ou ultra profundas, bem como suplantar os próprios recordes já alcançados por um período de 14 dias e no 15º dia, o mesmo deverá desembarcar e retornando ao ambiente confinado 20 dias depois.

Tal regime de trabalho, neste caso especificamente em turnos, segundo Leite (2009) causam diversas alterações nos horários biológicos dos trabalhadores, desorganizando sua rotina resultando em distúrbios psicológicos ocasionando sintomas que podem afetar sua vida em sociedade como irritabilidade.

15 O Nascente é uma publicação semanal do Sindipetro NF distribuído gratuitamente à toda força de trabalho da Petrobras (inclusive terceirizados) nas portarias de todas as sedes da empresa.

Mesmo com todo esse contexto do trabalho *offshore*, procuramos, através deste subitem, destacar os casos que determinamos ser os mais pontuais no sentido de afetar o comportamento e a saúde física e mental dos trabalhadores da Petrobras lotados na Bacia de Campos sem deixar de fora que muitos outros trabalhadores terceirizados perpassam pelas mesmas situações sendo também afetados com estes impactos das transformações do trabalho na indústria petrolífera.

2.3 UM EVENTO GRAVE NA INDÚSTRIA OFFSHORE BRASILEIRA: O ACIDENTE DA PLATAFORMA DE ENCHOVA COMO O MARCO HISTÓRICO NA VIDA DOS TRABALHADORES

Ao longo de todos esses anos, a face mais enfatizada dos problemas foi a extrema periculosidade do trabalho em plataformas marítimas. Depois dos acidentes com a Plataforma Central de Enchova (PCE-1) na década de 1980 e, principalmente com a P-36, em 2001, a sociedade brasileira tomou conhecimento das condições mais visíveis do trabalho *offshore*.

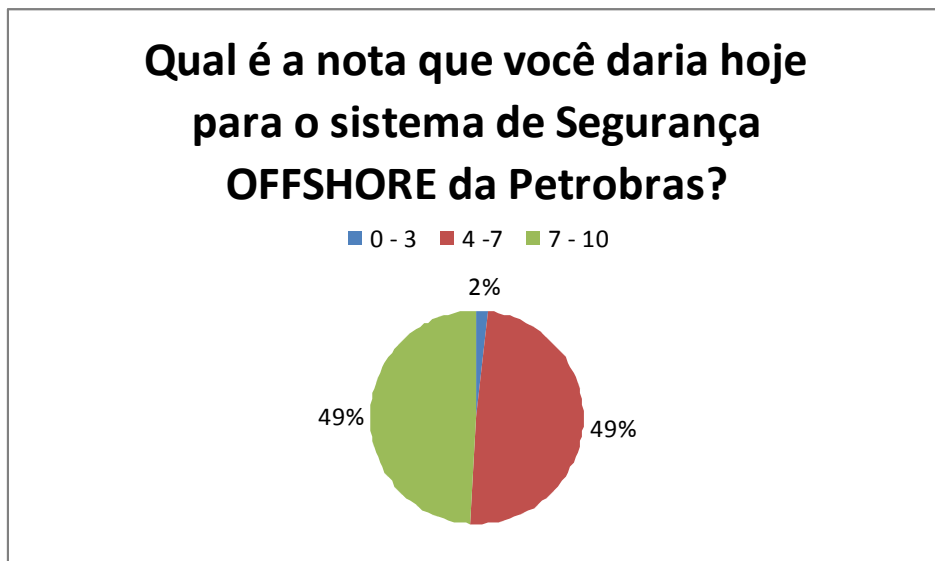
O caso da PCE-1, em 1984, foi um dos mais críticos acidentes da Bacia de Campos. Com a queda de uma baleeira, vieram a falecer 37 trabalhadores durante o abandono da plataforma. Porém, segundo Castro (2013), este não foi o único da unidade. Em 1988, sem vítimas fatais, um outro fato ocorreu: A destruição total do convés e da torre deixando um prejuízo de pelo menos 500 milhões de dólares, segundo dados informados pela Petrobras.

Ainda com contribuições de Castro (2013), diante desses acontecimentos, era de se esperar com o decorrer dos anos que a PCE-1 se transformasse em unidade exemplar no que diz respeito à segurança do trabalho, até porque essa unidade desempenha um papel relevante dentro de todo sistema de produção *offshore* da Bacia de Campos, interligando-se a mais de dez outras unidades e operando duas das cinco linhas de escoamento da produção de óleo e gás para o continente. A ocorrência destas anormalidades parece ter sido insuficiente para sensibilizar os responsáveis pela segurança na PCE-1, como evidencia a sucessão de acontecimentos posteriores: uma inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resultou em atuação da Petrobras, decorrente da constatação de infrações a diversas NR's; novos acidentes com vazamentos de gás verificaram-se ao longo do mesmo ano; a inspeção geral realizada pela própria empresa no final de 1996

verificou que as válvulas de cabeça de poço, integrantes do equipamento central de operação, encontravam-se em "péssimas condições, com alto grau de corrosão...", concluindo devido a esta e outras deficiências de ordem operacional que a plataforma não estava "operando em boas condições de segurança"; dois vazamentos de óleo e gás com intervalo de apenas dois dias em janeiro de 1997 em local que havia apresentado vazamentos dois meses antes. (SINDIPETRO-NF, 1997a e 1997b). Tais eventos sucessivos atestam o estado de degradação operacional de alguns setores desta unidade, devendo-se salientar que parte das avarias provocadas nos poços afetados pelos dois acidentes na PCE-1 não foram inteiramente solucionadas. Não por acaso, esta plataforma ficou conhecida entre os trabalhadores como "rainha da sucata". A PCE-1 apresenta um conjunto de características estruturais e conjunturais que tendem a ampliar e agravar os fatores de risco, como, por exemplo, o maior estado de envelhecimento de seus equipamentos, cuja deteriorização gradual traduz-se em degradação do sistema. Da mesma forma, devemos levar em conta o aumento dos riscos devido às obras de reforma e ampliação. Pois se os aspectos ligados à segurança em geral não são devidamente contemplados nos projetos originais das plataformas, a introdução de modificações não previstas criteriosamente em tais projetos, visando a ampliação da capacidade produtiva das instalações, pode acelerar o desgaste mecânico dos equipamentos.

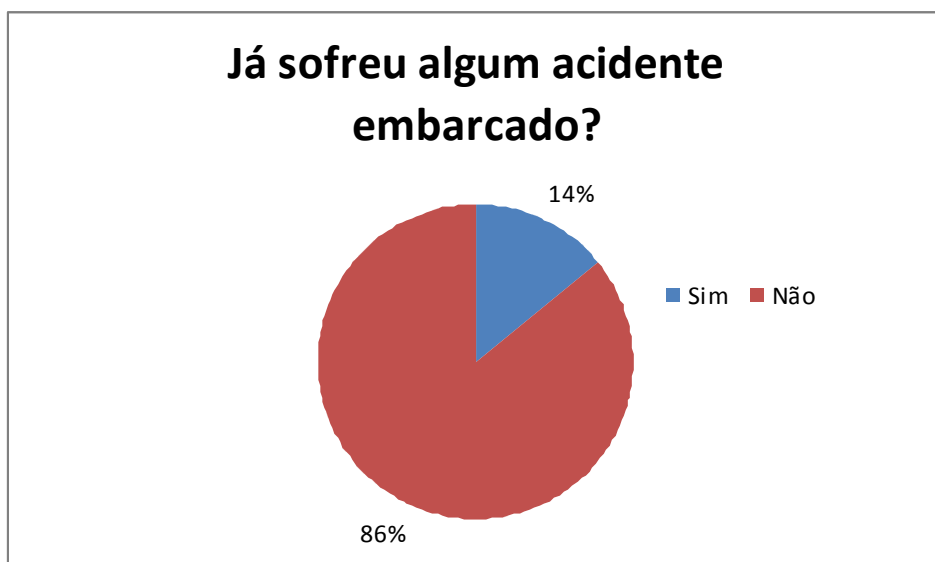
Pode-se tentar alegar que a criticidade em termos de segurança restringe-se a PCE-1, já que esta unidade petrolífera é um caso à parte, uma das plataformas mais antigas que está atravessando um período atípico, com obras em curso. Muito embora Enchova pareça ser o caso mais preocupante, como indicam as estatísticas, a segurança também é um aspecto problemático em outras unidades.

Com tais questões referentes a acidentes e segurança, veremos a seguir dados relevantes através de pesquisa realizada com 57 funcionários próprios da Petrobras. Quando questionados se estão satisfeitos com o quesito segurança dentro da empresa nos dias atuais. Como resposta, solicitamos que dessem uma nota de zero a dez. Contudo, obtivemos os seguintes resultados:



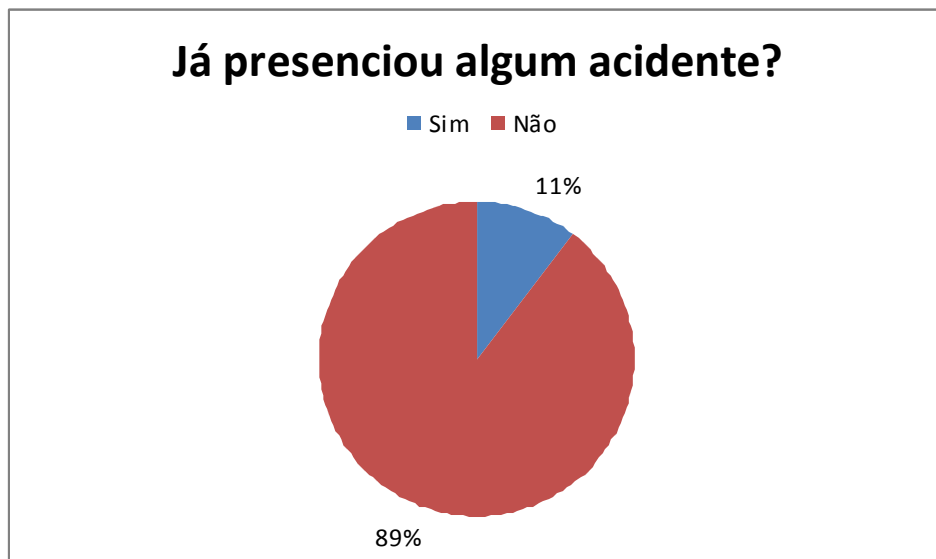
Como podemos observar, mais de 50% do corpo de trabalhadores entrevistados disseram que a nota máxima é 7. Muitos relataram que a situação da segurança na Petrobras "melhorou muito" nos dias atuais.

Porém, quando questionados se já sofreram acidentes no exercício da profissão e se presenciaram algum evento desse tipo, o resultado foi surpreendente:



Dos 57 entrevistados, 14% responderam que já sofreram acidentes durante a jornada de trabalho em unidades marítimas. Quando questionamos os mesmos se presenciaram algum acidente durante seu período de trabalho, 11%

disseram que já presenciaram algum acidente na unidade marítima em que operava, como mostra o gráfico seguinte:



Os acidentes de trabalho se configuram como representações concretas dos efeitos destrutivos do trabalho sobre o corpo. Por ocorrerem de forma repentina, não possibilita o seu ocultamento, pois os reflexos são imediatos e, por vezes, visíveis e em alguns casos fatais. Ao mesmo tempo que gera prejuízo a saúde do trabalhador, explicitando de forma mais evidente o nível de sua exposição e de sua fragilidade diante das possibilidades de ocorrências, explicita também as debilidades dos sistemas operacionais.

Nesse sentido, a ocorrência de incidentes e acidentes de trabalho de menor ou maior gravidade fazem parte da memória viva dos trabalhadores *offshore*.

CAPÍTULO 3 – TRABALHADOR *OFFSHORE* E SUA RELAÇÃO FORA DO CONFINAMENTO.

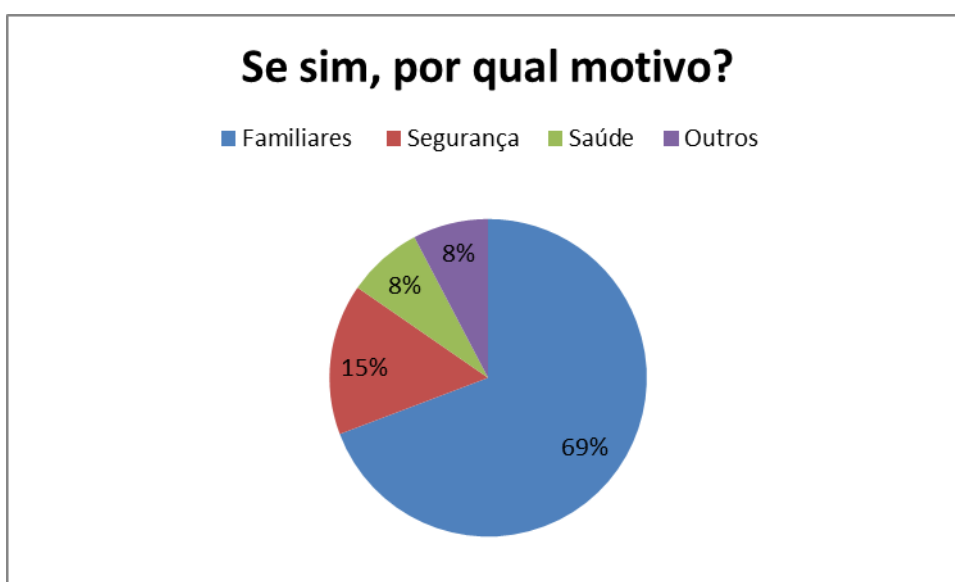
Os aspectos relevantes no trabalho *offshore* e a vida pessoal dos seus trabalhadores abordados neste trabalho fundamentam-se, principalmente, em dados obtidos a partir da bibliografia consultada, dos resultados através de um questionário elaborado a fim de coleta de dados bem como da minha interpretação pessoal.

Neste Capítulo, faz-se necessário contextualizarmos a vida cotidiana do funcionário em regime *offshore* fora do seu local de trabalho, o que é objetivo principal deste trabalho. Nos capítulos anteriores, foi imprescindível falar sobre a vida dos funcionários da Petrobras: o dia a dia em uma profissão que requer cuidados e em um local extremamente perigoso ocasionando tensão no ambiente de trabalho.

Vale lembrar que a vida humana não se resume apenas em seu trabalho. Existem fatores que vão além como a vida familiar. E a grande maioria dos trabalhadores *offshore* passa por questões psicológicas neste aspecto. Sua atual condição de trabalho não lhes permite passar horas, nem que sejam poucas, com seus familiares. Em pesquisa realizada com 57 funcionários, de 23% que gostariam de mudar de regime de trabalho, 69% mudariam por motivos relacionados à vida familiar. Caso que trataremos com mais detalhes nos subitens seguintes.

3.1 MOMENTO DO DESEMBARQUE: O RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES AFETIVAS.

O momento do desembarque simboliza para o trabalhador *offshore* a possibilidade de retomar a convivência em um espaço de tempo estritamente privados. Significa o retorno ao convívio familiar, com os amigos, de restabelecimento das relações afetivas, sociais, culturais e do compartilhamento das alegrias e tristezas com aqueles deixados em terra durante 14 dias. A folga sempre é citada pelos trabalhadores como “o lado bom do embarque”, é o que vale a pena após 14 dias de confinamento. De acordo com a mesma pesquisa realizada ao longo da elaboração desse trabalho, dos 57 funcionários pesquisados, 77% disseram que não gostariam de mudar seu atual regime de trabalho devido aos 21 dias que possui de folga conforme demonstra os gráficos a seguir:



Lembrando que estes 21 dias de folga são resultados de resistência por parte dos trabalhadores. Para o efetivo da Petrobras esse regime de 14 x 21 foi conquistado através de acordo coletivo entre a Petrobras e os sindicatos dos petroleiros.

Mesmo estando parcialmente no mundo de terra, o trabalhador ainda se encontra submetido às pressões psíquicas impostas pela realidade *offshore*. Sente-se também sob os efeitos da condição de confinamento. A percepção de relaxamento vai se estabelecendo gradativamente, pois o trabalhador simbolicamente permanece, ainda, implicado no universo fechado da ordem produtiva. Sob este aspecto, o funcionário Rubens também contribui com as seguintes palavras:

Rubens: “Às vezes, quando estou em terra, com a minha família, penso se deixei alguma para trás, algum serviço que deixei de fazer. Ou até mesmo lembro dos meus colegas que estão embarcando. Se estão fazendo direito o que eu deixei pra trás.”

Mesmo estando desembarcado, as sensações físicas permanecem se manifestando como se ainda estivesse em condições de trabalhador embarcado. Uma das maiores dificuldades para quem trabalha neste tipo de regime é equilibrar no desembarque o estado de vigília-sono, principalmente para os trabalhadores que permanecem na segunda semana do embarque no turno noturno. Isso porque trabalhava a noite e dormia durante o dia. Quando retorna para terra, precisa de um período para equilibrar suas funções fisiológicas e psíquicas.

Rubens: “Eu levo de 3 a 4 dias para voltar ao normal. Quando desembarco chego em casa às 14h e tento ao máximo aproveitar o meu tempo, mesmo muito cansado. Tento seguir o fluxo da minha família, mesmo muito cansado. Penso que desse jeito, entro no ritmo mais rápido.”

Quanto ao trabalho de revezamento em turnos, caso do nosso entrevistado, aspectos psico-fisiológicos, devem ser priorizados. Os turnos noturnos, intercalados são melhores que consecutivos, pois turnos noturnos consecutivos não levam à simples inversão do ritmo biológico, mas a uma deformação deste. Períodos de turno noturno de uma semana conduzem, em geral, a um acúmulo do déficit de sono. Rodízios curtos de, no máximo, três noites consecutivas, seriam portanto, mais aconselháveis de acordo com Souza (1996). Segundo relatos de um trabalhador da Petrobras em regime de turno ininterrupto de doze horas, o trabalhador demora em média 72 horas para se adaptar biologicamente fora do confinamento.

Dentro dessa ótica, o trabalhador *offshore* estava de um certo modo *off* da vida social, fora do espaço e tempo sociais compartilhados. Retomar o convívio de casa é resgatar o que não pode encontrar no mundo público. Cada um, à sua maneira, busca compensações pelo tempo de embarque. Tanto o trabalhador quanto seus familiares. Porém, nem sempre o regresso ao mundo doméstico transcorre sem divergências, distorções e ambivalências. De acordo com relatos de

outro trabalhador da Petrobras, aqui chamado de José¹⁶, houveram mudanças na rotina familiar logo no primeiro ano após a mudança de regime *offshore* para *onshore*:

José: “Pedi para parar de embarcar devidos aos desgastes físicos. Logo no primeiro ano, após a mudança, meu casamento acabou. [...]. A minha família já estava acostumada com a minha rotina de embarcado, após a mudança, passei a conviver com eles todos os dias. Antes eu mesmo cuidava, por 14 dias, da minha rotina ‘domestica’ no confinamento. Agora, faço exigências, faço cobranças.”

Enquanto, por 14 dias embarcado, o trabalho é inerente a todas as esferas da vida, no mundo de terra as várias dimensões que compõem a vida dos homens ocupam espaços e tempo diferentes, o que gera para o trabalhador um confronto entre as duas realidades e, conseqüentemente, um período de adaptação. A partir do momento em que “sobem” para exercerem sua função, serão por 14 dias somente trabalhadores *offshore*: Trabalhadores submetidos à mesma condição de confinamento. Durante esse período, permanecerão sem contatos pessoais com os amigos em terra e familiares, sem ingerirem nenhuma bebida alcoólica, folgarem os finais de semana e feriados, comemorem datas importantes, assistirem de perto os seus times jogarem e, muito menos faltarem ao trabalho, pois estarão isolados, envoltos pelo metal, pelo azul do céu e o azul-marinho do mar.

O diálogo que o trabalhador *offshore* busca estabelecer com a família, os amigos, enfim, a vida terrestre, por vezes, se torna isolado e vazio. É no processo de interação verbal que “a palavra se concretiza como ideologia e ganha contornos e significados diferentes, conforme o contexto em que está inserida”. Assim, “o diálogo se revela como forma de ligação entre linguagem e vida”. A cada contexto histórico, segmentos sociais têm determinados repertórios de discursos que revelam e refletem o próprio cotidiano, que explicitam os valores fundamentais daquela sociedade e as suas contradições. (JOBIM e SOUZA, 1994:120)

Ainda sobre a pesquisa realizada, ao questionarmos se o trabalhador teria ou não interesse em mudar seu regime de trabalho para *onshore*, vimos que a justificativa do resultado praticamente se iguala aos que responderam anteriormente que NÃO. Dos 57 entrevistados, 77% responderam que não sendo que 52% deles responderam que NÃO devido aos 21 dias de folga que possui para estar com sua família ou algo que lhe convém. O gráfico que ilustra este resultado será

apresentado no próximo subitem, pois teremos a partir dele, um resultado relevante no que diz respeito à satisfação de trabalhar em regime *offshore*.

A situação de embarque/desembarque gera a percepção de uma vida sem valor e sem significado, pois alguns papéis desempenhados cotidianamente não podem ser exercidos de forma concomitante com outros, vive-se assim uma vida não completa. Em algumas instituições totais, como nas prisões e nos hospitais para doentes mentais, existe o sentimento de que o tempo passado na entidade é um tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa. “É tempo que precisa ser apagado; é algo que precisa ser cumprido, preenchido ou arrastado de alguma forma” (GOFFMAN, 1987:64). Esse sentimento não se refere exclusivamente às questões que envolve as condição de trabalho, mas principalmente pelas perdas de contatos sociais. Na vida social cotidiana, os homens circulam e desempenham vários papéis ao mesmo tempo, o que é cerceado no regime *offshore*, dando a percepção de viver, apenas, um pedaço de sua vida. Goffman (1987) considera que as chamadas atividades de distração poderiam minimizar, mesmo que momentaneamente, a situação real de suas vidas e essa percepção de tempo “morto”.

Esse ciclo de embarque e desembarque desorganiza a vida social e interfere de modo significativo o relacionamento conjugal. Enquanto que para alguns trabalhadores, o distanciamento da família, de modo intermitente, pode gerar desestruturação familiar, levando a dissolução do relacionamento, para outros, a sensação de ausência irre recuperável do tempo e espaço, por parte do trabalhador, o coloca confinado em sua angústia, sendo exigido que se submeta a um novo condicionamento, agora, distante do sistema contínuo que não admite a ocorrência de falhas.

Momentos de embarque e desembarque são considerados de passagem que demarcam, para o trabalhador *offshore*, despedidas e recomeços. Sejam despedida dos 21 dias de folga, do mundo de terra, da convivência familiar, social e afetiva para retorno ao mundo marítimo; seja o movimento oposto, de volta ao território tão desejado e a convivência tão aguardada.

3.2 TRABALHADOR PETROBRAS OFFSHORE: A REMUNERAÇÃO COMPENSA?

Neste subitem, faz-se necessário um resgate histórico com intuito de visar uma apropriação das manifestações particulares do poder que pretendemos discutir. Teremos como objetivo neste aprender a conformação das relações sociais de poder que subjagam, dominam, alienam e oprimem através de mecanismos de exploração.

Os homens asseguraram as suas necessidades de reprodução ao longo dos séculos através da atividade econômica regulada pelas leis sociais. Netto e Braz (2007) afirmam que na base econômica está o trabalho e que o trabalho é fundante do ser social e que através do trabalho os homens transformam a natureza em bens necessários para a sua reprodução, diferenciando o ser natural do ser social.

Tendo como base as breves contribuições de Netto e Braz (2007), temos o trabalho visto como o elemento estruturante da sociabilização humana. A partir das poucas palavras, acreditamos ser relevante abordar a categoria trabalho no capitalismo contemporâneo, como forma de aprender as relações existentes tanto nas transformações do trabalho e as conseqüências causadas pela exploração alienada desses causando adoecimento nas relações sociais dos trabalhadores *offshore*.

Nossa breve trajetória da categoria trabalho nos remete para um contexto vivido pelos trabalhadores petroleiros no que diz respeito aos limites e necessidades de reprodução do homem pelo homem. Já colocamos aqui em pauta as necessidades da atuação profissional no campo *offshore*, o local de trabalho, seu trajeto casa x trabalho, as condições de trabalho em confinamento, os riscos, as tensões, a saúde do trabalhador, sua relação familiar pós confinamento entre outras situações ligadas ao objeto desse trabalho. O que nos resta dentro desse contexto é saber: Trabalhar em regime *offshore* em uma empresa como a Petrobras compensa?

Com contribuições de Engels (2005) analisamos a origem da família, da propriedade privada e do Estado e constatamos que enquanto perdurou o modelo de sociedade comunal, na qual os laços sanguíneos eram balizadores das relações sociais e a produção de excedente não era uma necessidade. As necessidades eram pautadas na subsistência do grupo apenas e não se colocava a necessidade

de exploração do homem sobre o homem e de uma instância de poder reguladora dessa relação. Engels (2005) a autenticidade da paternidade, identificando e analisando o processo de conversão do “casamento pré-monogâmico”, em casamento monogâmico, que introduz um novo elemento nas relações sociais. Ao pai cabia na divisão do trabalho a tarefa de prover os instrumentos necessários para a reprodução da família.

Enfatizamos a família neste caso pelo fato desta ser o principal motivo pelo qual os trabalhadores se submetem as atuais condições de trabalho. Já vimos nos capítulos anteriores que a maioria dos trabalhadores *offshore* da Petrobras, atuam em regime de confinamento por anos sem a vontade parar de embarcar devido às folgas que possui de 21 dias para conviver fora do ambiente de trabalho. Porém, não podemos deixar passar despercebido que o segundo motivo pelo qual os trabalhadores não têm vontade de trabalhar desembarcado está ligado à remuneração e benefícios que lhes são oferecidos, conforme mostra o gráfico a seguir:



Como podemos observar, 30% dos funcionários (lembrando que somente os funcionários concursados da Petrobras responderam a pesquisa) não gostariam de mudar seu atual campo de trabalho porque estão satisfeitos com a remuneração oferecida pela estatal.

É inegável que a Petrobras, apesar das especulações e noticiários impostos pela mídia nos dias atuais, continua sendo a empresa de maior concorrência do país devida às ofertas de remuneração. De acordo com o último

edital publicado pela Fundação Cesgranrio, além de remuneração compatível com o mercado, a empresa oferece:

- a) Auxílio creche ou auxílio acompanhante (somente para mulheres)
- b) Auxílio ensino (pré-escolar, ensino fundamental e médio) para filhos (as)
- c) Complementação educacional (somente para cargos de nível médio)
- d) AMS (médica, odontológica, psicológica e hospitalar) e benefício farmácia (extensivo aos familiares)
- e) Plano de Previdência Complementar opcional
- f) PAE destinado à pessoas com deficiência, filhos(as) de empregados(as)
- g) PLR
- h) Incentivo ao ensino superior para os filhos(as) de empregados(as)
- i) Complementação do auxílio doença.

Se tratando de funcionários Petrobras em regime *offshore*, os benefícios vão além: Os empregados em escala de turnos contínuos com rodízios em regime de trabalho com Turno Ininterrupto de Revezamento, por exemplo, possuem inclusos os seguintes adicionais:

a) jornada de 6 horas

- Adicional de Trabalho Noturno (ATN) de 20% do Salário Básico efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade ou VP-ACT, onde couber;

- transporte gratuito para o local de trabalho e vice-versa, para as situações previstas na Lei 5811/72.

b) na jornada de 8 horas

- Adicional de Trabalho Noturno (ATN) de 20% do Salário Básico efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade

- Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA) de 30% do Salário Básico efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade

- alimentação gratuita no posto de trabalho durante o turno em que estiver trabalhando, para as situações previstas na Lei 5811/72;

- Transporte gratuito para o local de trabalho e vice-versa, para as situações previstas na Lei 5811/72.

c) na jornada de 12 horas

- Adicional de Trabalho Noturno (ATN) de 20% do Salário Básico efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade
- Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA) de 30% do Salário Básico efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade
- alimentação gratuita no posto de trabalho durante o turno em que estiver trabalhando, para as situações previstas na Lei 5811/72;
- Transporte gratuito para o local de trabalho e vice-versa, para as situações previstas na Lei 5811/72;
- alojamento coletivo gratuito, adequado ao seu descanso e higiene, para as situações previstas na Lei 5811/72;
- Adicional Regional de Confinamento (ARC), quando couber.
- RSR Repouso Semanal Remunerado

Os dados acima comprovam o resultado da pesquisa quando perguntamos se não teriam vontade de mudar de regime de trabalho. Apesar de todos os riscos que correm, a saúde dos familiares, a precarização do trabalho devidas as condições de risco, o confinamento e a saúde mental entre outros, os trabalhadores não gostariam de deixar de receber tais adicionais, o que fariam uma diferença relevante no seu salário líquido.

Como se não bastassem todos os motivos acima citados, os trabalhadores *offshore* ainda correm o risco de não desembarcarem no 14º dia devido à condições de tempo entre outros fatores como falta de aeronaves ou particularidades da unidade ligada às condições de mar. Quando este fenômeno acontece, são obrigados a permanecerem em regime de trabalho por mais 1 dia, ou até quando as condições de tempo permitirem trabalhando. O funcionário Rubens contribuiu para o entendimento da situação de inserção de mais um dia de trabalho, para nós simplesmente descrito como hora extra remunerada, com o seguinte relato:

Rubens: “Quando ficamos mais 1 dia embarcado, recebemos como ‘dobradinha’. Neste último desembarque, ficamos sem descer por condições de tempo e trabalhamos normalmente. O ruim é ter que ficar menos dias desembarcado. Fico 20 dias ao invés de 21.”

Ainda relacionando nosso subitem à categoria trabalho, contamos com a contribuição de Jardim (2011) quando dizemos que o trabalho vai além do emprego: é um lugar com valor simbólico.

A cultura ocidental moderna se organiza em torno do trabalho, ou seja, da produção de objetos como valor mediador das trocas sociais, a ponto de o trabalhador se tornar um ideal, um gosto, uma vocação, uma nobreza. “Ser trabalhador” torna-se para nós uma marca, uma insígnia. Negar o trabalho é negar a humanidade. Mas em que termos? Jardim (2011) responde a questão:

Toda organização do trabalho exclui o sujeito. Então, cabe a cada sujeito inventar um lugar na rede de relações sociais. O que é insuportável é não haver nenhuma possibilidade para sujeito do trabalho, para ação, para ato, criação, trabalho vivo, portando, para o desejo.

Jardim (2011) conclui a necessidade do trabalho como um bem simbólico que articula ordem individual e ordem coletiva em laço social. Tais afirmativas comprovam a dependência dos trabalhadores *offshore*. Mesmo com riscos de ruptura familiar devido ao adoecimento mental que o afeta ao longo dos anos.

3.3 DEPRESSÃO E TRABALHO: O MAL DO SÉCULO

Ainda questionando se compensa ou não trabalhar em regime de confinamento, temos ainda com ajuda de Jardim (2011), discutir situações referente à saúde mental dos trabalhadores. “As depressões irrompem o século XXI como o mal do século. O mal estar no trabalho chega ao suicídio. São tempos em que as pessoas se queixam da falta de trabalho, da ameaça de perdê-lo ou das pressões a que se submetem para preservá-lo.” Estas foram as primeiras falas de Jardim (2011) no evento “Trabalho e Saúde Mental”¹⁷ depois de uma série de explosões, no dia 15 de março e que se tornou um marco na luta da categoria petroleira por condições seguras de trabalho.

O trabalho formal, uma profissão, uma carreira, por sua vez, também não são garantia de um presente estável ou um futuro promissor. A depressão é uma das reações a perdas e ameaças de perda, ou seja, de emprego ou de um contexto social estruturante que podem induzir à fragmentação da identidade psíquica. Este ensaio discute o termo depressão dentro do contexto das peculiaridades do mal

estar contemporâneo do trabalho, utilizando dados de noticiários, de bibliografias especializadas nacional e internacional, da prática em clínicas de psiquiatria e pesquisa em saúde mental dos trabalhadores.

Incluimos aqui este assunto porque queremos tratar a saúde mental ligada ao desgaste físico do trabalhador e aproveitamos para fazer a seguinte indagação: Vale a pena? A remuneração realmente compensa?

A resposta para tal questionamento ainda está dividida. Como certeza disso, temos as respostas das questões realizadas na pesquisa. Muitos trabalhadores têm a consciência de que trabalhar embarcado causa um desgaste emocional ao longo do tempo, porém, se tornam escravos do capitalismo. Com tantos benefícios e adicionais de embarque, como o trabalhador passa a se tornar um funcionário administrativo da Petrobras, com a carga horária flexível de segunda a sexta feira por oito horas por dia? E os adicionais?

Vale ressaltar que, na Petrobras, não basta apenas “querer mudar de regime de trabalho”. O caminho para que este pedido aconteça é longo e burocrático e precisa da intervenção da empresa como interessada, como exemplo, a Petrobras conta com o Mobiliza. Como depende de aprovação gerencial, na maioria das vezes este pedido é negado. O mais comum na Petrobras é através de permuta.

Nossa pesquisa também questiona o trabalhador se já procurou ajuda de profissionais para tratar a saúde mental. Apesar do assunto ainda ser um tabu na área trabalhista, temos o seguinte resultado:



Um funcionário em especial, que recentemente foi contemplado pelo PIDV, nos relatou que necessitou por um período longo de ajuda psicológica por estar presente no primeiro acidente da história da Petrobras: A queda da baleeira em PCE-1, que tratamos com maiores detalhes no capítulo II deste trabalho.

Enfim, nosso objetivo neste subitem era explicitar de forma sucinta um dos motivos que levamos ao trabalhador a pensar sobre suas condições de trabalho e deixamos ainda a seguinte indagação: Ainda vale a pena trabalhar até sua aposentadoria em regime de confinamento?

Como resposta, temos o seguinte relato da Doutora em Psiquiatria Silvia Jardim durante o evento sobre Saúde e Desgaste Mental promovido pelo Sindipetro NF:

Os petroleiros vivenciam um processo de trabalho que produz uma categoria de trabalhadores que traz todas as questões da contemporaneidade. Junto com ela vem também os transtornos por estresse pós-traumático, pelo confinamento, pelo trabalho offshore, pelo despatriamento, pelo repatriamento. O campo da saúde mental do trabalhador é multi e interdisciplinar. Portanto, a categoria dos petroleiros tem responsabilidades enormes, como a de se pensar como categoria, a de se responsabilizar pela sua própria luta. Os petroleiros podem ser, por toda esta complexidade e novidade, um paradigma para o estudo da saúde mental dos trabalhadores.

Não temos como responder tal questão subjetivamente. Temos um conjunto acontecimentos na situação exposta. O que podemos afirmar, é que o trabalhador *offshore* tem sua saúde mental e física comprometida ao longo da vida.

3.4 – A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS DEMANDAS RELACIONADAS AOS TRABALHADORES OFFSHORE DA BACIA DE CAMPOS

Este capítulo tem por finalidade um breve estudo sobre a atuação dos profissionais na Petrobras. Nossa frente de estudo está relacionada diretamente aos empregados *offshore* da Bacia de Campos. Iremos aqui, de forma sucinta, analisar o exercício profissional do assistente social e as peculiaridades da esfera estatal, com a finalidade de explorar as competências e atribuições desses profissionais num espaço de trabalho de características próprias, que também precisam ser desvendadas.

Para desenvolvermos o tema proposto, estamos agora partindo para discorrer sobre os rebatimentos e as tendências que a conjuntura deste projeto tem causado para a profissão de Serviço Social. De tal modo, traremos em debate o que temos como cultura desta profissão como as principais influências para a sua

reafirmação e renovação, as políticas sociais determinadas que diretamente refletem para o assistente social e sua relação com o serviço social.

3.5 OS ASSISTENTES SOCIAIS E A ÓTICA CAPITALISTA: UMA VISÃO CONTRADITÓRIA?

Não seria possível o desenvolvimento deste capítulo sem antes relatarmos o significado de empresa inserida como uma instituição empregadora de assistentes sociais.

Ao longo da formação, entendemos que empresa significa uma organização capaz de desenvolver atividades de cunho particular. De acordo com Freire (1987), temos a empresa como uma unidade social de produção que tem por finalidade atender demandas do contexto econômico de consumo que se subsiste e se desenvolve assegurando a eficácia do seu ciclo de produção, de acordo com os requisitos e regras do contexto econômico e social.

Como toda empresa possui uma função empresarial, podemos assim estabelecer seus objetivos. O primeiro deles é o aumento da produtividade e do lucro. Caso visível para todos quando nos referimos a uma empresa do porte da Petrobras. A todo o momento a empresa veicula nos aparelhos de comunicação campanhas de cunho “incentivador” como “O desafio é a Nossa Energia” e “Energia é o que move a gente” acrescida de dados de lucros e produtividades do ano. Contudo, sem tais objetivos, não teríamos a necessidade da existência delas. Na dimensão social temos o que a empresa pode oferecer à sociedade como as ações voltadas à melhoria de condições de vida e trabalho do homem para a sua transformação social.

Mas com o objetivo da obtenção do lucro e a oferta de serviços para a melhoria das condições de vida para o homem não teria uma visão contraditória? Podemos responder esta questão sem deixar de mencionar que as duas estão relacionadas tendo em vista que a qualidade de vida e transformação social é vista na lógica que um trabalhador é mais produtivo quando ele consegue se satisfazer pessoalmente através do seu próprio trabalho. Uma visão contraditória influenciada pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970.

Temos no mundo empresarial uma série de relevantes mudanças até o final do século XVIII quando esta era voltada ao mundo artesanal e manual. A

mudança foi drástica com a Revolução Industrial que trouxe para o trabalho artesanal e manual as tecnologias para melhorias na produção.

Contudo, temos a mudança social. A partir de então, era possível aquisições inimagináveis como os automóveis que até então só era possível para a classe burguesa.

Mas por que lembrar a história? É simples: A Revolução Industrial foi um marco para as empresas, que passaram a crescer de forma considerável com a finalidade de atender todas as demandas postas pelo capitalismo. Conseqüentemente, surgiram as competitividades entre elas contribuindo para o aumento da lucratividade.

E a classe trabalhadora? Essa se tornou cada vez mais explorada. Quanto maior a exploração do trabalhador, mais surge a produção de bens e serviços e o aumento da pobreza pela falta do acesso dessa classe aos bens produzidos e à distribuição de renda. É o momento da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo em que se produz, não se distribui, concentrando ao capitalista.

Chamamos este fenômeno das transformações da produção também de reestruturação produtiva, pois não deixa de reestruturar a produção de forma que seja possível aumentar o lucro e a acumulação.

Temos também como um processo marcante nesta época a flexibilização. Com contribuições de Andrade (2008), temos o capitalismo flexível como um fenômeno que emergiu como resposta à crise estrutural do capital do sistema taylorista/fordista que é afirmado pela retirada de capitais do setor produtivo e seu investimento no mercado financeiro através das inovações tecnológicas que reduziram a mão de obra aumentando o exército industrial de reserva.

Para a garantia do trabalho, com todas as mudanças ocorridas no mundo do trabalho também não citadas aqui, o trabalhador foi induzido a seguir esta ótica trabalhista passando a ser um trabalhador polivalente que necessita se especializar cada vez mais. Passou a ser tornar um trabalhador com multi funções em um mesmo cargo para a garantia do seu emprego. Andrade (2008) trata o trabalhador como multifuncional, disponível e flexível:

O redimensionamento do processo de trabalho fabril contemporâneo à informática e aos procedimentos do capitalismo flexível, exige um trabalhador de estilo multifuncional, que saiba se adaptar às mudanças, o que é justificado inclusive pela variedade de produtos fabricados na

indústria. A organização flexível da produção, ancorada na informatização levou a uma redução nos postos de trabalho, seja pelo caráter descartável que tomou o trabalho ou pela troca do trabalho vivo pelo trabalho morto. (ANDRADE, 2008)

O exército industrial de reserva reflete no campo social uma vez somente os profissionais qualificados são contratados. Com tamanha concorrência, os trabalhadores acabam se submetendo a situações precárias de trabalho, recebendo salários baixos.

Com tantos acontecimentos desde a Revolução Industrial resultando em agravamentos no âmbito social, temos a questão social sendo manifestada em diversas formas como a violência, exclusão, pauperização, desemprego, péssimas condições de moradia e saúde que estão presentes até os dias atuais.

Contudo, no âmbito empresarial, ainda encontramos um espaço contraditório e os assistentes sociais a princípio são chamados para satisfazer profissionalmente a ótica das mesmas, buscando melhor qualidade para que o trabalhador possa produzir melhor. Ao mesmo tempo, o trabalho do profissional nas empresas se evidencia devido ao surgimento de questões oriundas da reestruturação produtiva e de transformações societárias resultando em demandas que só poderão ser enfrentadas por Assistentes Sociais.

Neste subitem, recorreremos às mudanças no mundo do trabalho para que possamos assim inserir o contexto do surgimento das empresas para então discutirmos a atuação dos profissionais nessa esfera. Foi impossível não tratarmos da questão social tendo em vista que esta se resultou através do processo de reestruturação produtiva. No subitem seguinte, iremos trazer em discussão o trabalho do profissional de serviço social na esfera privada fazendo uma ligação ao nosso protagonista central: A Petrobras.

3.6 A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PETROBRAS E OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO.

É impossível não afirmar que contextualizar o Serviço Social do ponto de vista dos elementos que compõe a formação profissional até as questões postas ao exercício profissional na contemporaneidade no ângulo de uma empresa privada

como a Petrobras não foi tarefa fácil. Esse contexto exige da categoria análise profunda e rigorosa que assegure princípios consolidados ao longo dos últimos anos e resultantes de árduas lutas.

Pensar o Serviço Social na ordem capitalista contemporânea é o mesmo que compreendê-lo numa lógica contraditória, que ao mesmo tempo em que se sustenta a exploração e degradação das relações de trabalho, também se verifica momentos, espaços e formas coletivas de lutas, resistências, rebeldias e confronto com o estabelecido.

Diante desse cenário conflituoso e tensionado pelos interesses antagônicos do capital e do trabalho, e tendo como fundamento o conjunto normativo, legislativo e regulamentador do serviço social a partir dos anos 1990, a formação demanda dos profissionais um conjunto de requisitos, competências e atribuições para pensar e agir criticamente e positivamente em uma realidade dinâmica e determinada por condicionantes sócio-históricos e ideopolíticos.

A partir de situações que englobam o mundo dos trabalhadores *offshore* da Petrobras, nos atentamos a conhecer a realidade dos profissionais de Serviço Social que atuam em espaços adversos, tensos e conflituosos que reafirmam a concentração cada vez mais da riqueza produzida em um quadro de agutização da questão social em suas múltiplas expressões.

Parafraseando Iamamoto (2004), para analisarmos a profissão como parte das transformações históricas as sociedade atual, é necessário transpor o universo estritamente profissional e romper com uma visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos e buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional; as condições e relações de trabalho nas quais se realiza; afetam atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a partir da teoria social crítica, é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado (IAMAMOTO, 2004 p.09)

Ainda de acordo com Iamamoto (2004), o processo de reprodução das relações sociais não deve ser reduzido apenas à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção. Ele refere-se à reprodução das forças

produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo seus sujeitos junto com suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução das vidas material e espiritual, das formas de consciência social (jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas) através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade.

Para pensarmos na atuação dos assistentes sociais no ângulo de uma empresa estatal como a Petrobras, é importante ressaltar o caráter contraditório da prática profissional e também das demandas que lhes são postas.

Iamamoto (1992) contribui afirmando que o Serviço Social se institucionaliza rompendo as barreiras de uma filantropia, como recurso do Estado, do empresariado, e com o apoio da Igreja, para atuar na “questão social”, dentro de um contexto de transição para o capitalismo monopolista.

É assim que, tendo como alvo o proletariado urbano e o exército industrial de reserva, o serviço social se institucionaliza como profissão quando o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe operária através da regulamentação jurídica do mercado de trabalho, da legislação social e trabalhista, da organização de uma rede de serviços sociais. O objetivo era disciplinar a reprodução da força de trabalho, controlar suas expressões sociais e políticas e atenuar as seqüelas materiais e morais do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 1992: 121)

Diante este quadro Iamamoto (1992) insiste dizendo que o desafio do profissional de serviço social é avançar nessa direção de crise capitalista e nas relações de trabalho enfrentando nossas ilusões rompendo com a visão fatalista e messiânica ainda presentes na prática profissional. Essa visão fatalista é resultante da visão do profissional sob a lógica do capital, esvaziada da sua dinâmica contraditória e da possibilidade da sua superação. Dessa forma, encontramos um profissional acomodado, que realiza suas tarefas de forma burocrática e rotineira.

Para superarmos tais ilusões, Iamamoto (1992) contribui afirmando que temos que ser profissionais com um preparo teórico e político para enfrentar as demandas postas tendo a capacidade de articular o particular com o geral. Faz parte desse processo desenvolver pesquisas reflexivas da realidade com a qual

trabalhamos, para que possamos ultrapassar o discurso de mera denúncia para assim elaborar propostas competentes para a melhoria da nossa prática.

Agora, vamos traçar a natureza do Serviço Social com a Petrobras: Apesar da grandiosidade das empresas no mundo atual, esta ainda não é a principal empregadora da categoria. A inclusão dos Assistentes Sociais nas empresas de dá a partir nos anos 1960.

A empresa capitalista segundo Mota (1998) tem como objetivo gerenciar capital e trabalho na produção de bens e serviços assegurando a valorização do capital, sua acumulação e reprodução com a mais valia sendo seu instrumento de lucro. Este contexto está inserido no modo de produção capitalista. Assim, percebemos que a prática dos assistentes sociais nas empresas “se inclui em uma relação social mais ampla: a produção e reprodução das relações de produção no todo da sociedade”. (Idem: 40)

Hoje, na Petrobras, os Assistentes Sociais atuam em diversas áreas, inclusive na área de Recursos Humanos, na prestação dos serviços sociais como no desenvolvimento de tarefas de cunho educativo. O discurso das empresas nos mostra que o profissional é chamado para mediar os conflitos de interesses do empregador e do empregado, para que não se prejudique a ordem. (Idem: 56-57).

Uma especificidade do trabalho dos Assistentes Sociais na esfera da Petrobras seria a forma técnica de administrar benefícios sociais. Indo além, outra especificidade seria, segundo Mota (1998), “modernizar o gerenciamento das carências sociais do trabalhador, compondo as equipes técnicas de recursos humanos”.

Em entrevista com o funcionário José, quando questionado sobre que tipo de atenção o funcionário deveria ter ao mudar de regime de trabalho, como foi o seu caso, este relatou o seguinte:

José: “Eu acho que assim que o funcionário pára de embarcar para trabalhar no escritório, ele deveria ter um acompanhamento psicológico além de uma instabilidade salarial como benefício, porque as conseqüências em torno da gente é muito grande”

Esta informação reafirma a necessidade da atuação do profissional junto a uma equipe multidisciplinar em prol da demanda envolvida. Este relato originou-se

quando este relatou que se divorciou logo no primeiro ano da mudança de regime de trabalho.

Na atualidade, muitos profissionais se baseiam somente nas necessidades declaradas pelos empregados e empregadores e não fazem uma análise da totalidade que os cercam, tal qual do processo que cria essas necessidades.

Não podemos ignorar o fato de que o Assistente Social é contratado para cumprir as exigências do empresariado. Além da “ajuda” que seria prestada aos trabalhadores, sua presença seria uma das formas mais eficazes de controle da força de trabalho pela empresa. Não se caracterizando como um aliado dos trabalhadores, mas como um agente da empresa. Mas segundo Mota (1998) o trabalhador percebe que o profissional também é um empregado da empresa, ele o identifica como seu aliado e que também possui limites dentro da instituição.

Na verdade, a prática profissional se constrói mediante as requisições da empresa. Porém, a profissão precisa se articular internamente para poder respondê-las, procurando descobrir as relações de classe contraditórias presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, estudamos sobre o mundo do trabalho destacando os trabalhadores *offshore* da Bacia de Campos concursados da estatal Petrobras e observamos que mesmo se tratando de uma empresa com alto índice de mercado e concorrência, casos que intervenham as condições de trabalho dos embarcados deveriam ser revistas.

Ao tratar da trajetória da Petrobras, sua chegada na região até os tipos de plataformas como demonstração dos locais de trabalhos dos empregados, notamos como é invisível aos olhos o quanto é perigoso, tenso e crítico o modo em que são submetidos em troca de benefícios incompatíveis com muitas empresas no ramo petrolífero nos dias atuais. Esta não visão está intrínseca principalmente para aqueles que não conhecem de perto o mundo *offshore*. O que é trabalhar embarcado sobre pressão, expostos a inúmeros riscos e confinado.

Não podemos deixar de lado que a coleta de dados realizada com os 57 funcionários da Petrobras foi de suma importância para podermos visualizar na prática a visão do próprio trabalhador. Vale ressaltar que o resultado foi surpreendente onde pudemos chegar à conclusão de que a vida humana não se resume apenas no trabalho como forma de reprodução da humanidade. Existe nesse contexto, a relação do homem com as relações sociais no âmbito da totalidade. Além de trabalhar, ele precisa conviver em sociedade. Ter momentos de lazer, casar, constituir uma família, escolher para onde ir entre outros vários fatores fora do local de trabalho. Com a pesquisa, concluímos que os trabalhadores estão totalmente ligados ao mundo de terra. Mesmo quando não pensam em mudar o regime de trabalho alegando que possui 21 dias de folgas para fazer o que quiserem e sabendo que usufruem os 21 dias de forma não qualitativa devido as consequências causadas nos 14 dias de embarques ao longo dos anos como funcionários da Petrobras.

As entrevistas em áudio realizadas com os funcionários “Rubens” e “José” foram relevantes como prova, na prática, funciona a dinâmica *offshore* fazendo com que o leitor reflita e imagine como é a rotina de um trabalhador embarcado trazendo para a realidade os objetivos deste trabalho.

Sobre a atuação profissional afirmamos que é um assunto amplo. Dentro da lógica Petrobras hoje existem vários profissionais atuando em várias esferas e

gerências e em diferentes aspectos, deste a área de Acessoria a o setor de Recursos Humanos. Traçar o perfil de cada um seria uma tarefa que nos permitiria mudar o foco deste trabalho, onde tem como objeto central o trabalhador *offshore* concursado atuando na Bacia de Campos. Porém, podemos contribuir dizendo que todos os profissionais de serviço social na esfera privada têm em comum uma prática desenvolvida no interior de uma contradição capital x trabalho, onde precisa atuar no suprimento das necessidades do proletariado afirmando o domínio do capital, e, se o potencial negador do trabalhador fosse fortalecido, poderia ser uma forma para combater os interesses do capital, até por causa da idéia que os benefícios sociais podem ser utilizados como salários indiretos.

Contudo, consideramos ter alcançado o objetivo inicial de fazer uma análise da prática profissional sobre as demandas postas através do contexto *offshore* trazendo elementos de estudos teóricos e materiais empíricos. Agora, esperamos que esse trabalho evolua no quesito pesquisa para que outros alunos possam se interessar sobre o tema e nos permita uma discussão mais ampla.

Concluindo, não podemos deixar de enfatizar que a empresa é um lugar legítimo e que os profissionais devem ocupá-los e não somente julgá-los com uma postura crítica. E como também não deva atuar como um profissional que recebe ordens e executa trabalhos burocráticos e administrativos.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, F. Reestruturação produtiva: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais. Revista Urutágua, 2008
- CARDOSO L. Petróleo: do poço ao posto. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005
- CARLI, R., SIRELLI, P. M., CAMPOS, K. M., SILVA, H. J. Trabalho, Reestruturação do Capital e Mercado de Trabalho em Macaé. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2012 - n. 30, v. 10, p. 187-207
- CASTRO, A. Programa de Pós-graduação em Tecnologia – PPTEC, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2013,
- CHOUERI Jr., N. (1991). Equipes de perfuração marítima: uma análise das relações sociais, das condições de trabalho e de produtividade. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.
- CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C (orgs). (1995). Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis: Vozes.
- CORREA L. Petróleo: noções sobre exploração, perfuração e produção e microbiologia. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.
- CRUZ, José Luis Vianna. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- CESGRANRIO. Disponível em www.cesgranrio.org.br
- DIAS, Robson Santos. Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia. A formação de uma aglomeração

industrial em Macaé, RJ: uma caracterização da espacialidade da indústria petrolífera e seus impactos no espaço urbano macaense e sua região de entorno.

Campos dos Goytacazes: Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos. 2005.2. <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1296231221.pdf>

ENGELS, Friedrich. A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado. Bertrand Brasil. São Paulo, 2005

FERREIRA, L. e IGUTI, A. (1996). O Trabalho dos Petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo. São Paulo: Scritta.

FIGUEIREDO, Marcelo. A face oculta do Ouro Negro. Trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos. Niterói, RJ, Ed. da UFF, 2012.

FREIRE, L. Serviço Social Organizacional. Teoria e Prática em Empresa. São Paulo: Cortez, 1987

GOFFMAN, E. (1987). Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva.

IAMAMOTO, M. As dimensões Ético- políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário>Molina, M. L. (Org.) ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004

_____ M. renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

JARDIM, Silvia (2011). Depressão e trabalho: Ruptura de laço social. Rev. Bras. Saúde Ocup., São Paulo, 36 (123): 84-92, 2011

JOBIM e SOUZA, S. (1994). Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. São Paulo: Papirus

LEITE, Rose Mary dos Santos Costa. Vida e trabalho na indústria de petróleo em alto mar na Bacia de Campos. Rio de Janeiro, 2009

MOTA, Ana Elizabete. O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998

MARX, K. (1985). O Capital. São Paulo: Nova Cultural, V.1

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. Trabalho, sociedade e valor. 2ª Ed. São Paulo: Cortez. 2007.

PESSANHA, R. O trabalho “offshore”: inovação tecnológica, organização do trabalho e qualificação do operador de produção na Bacia de Campos. Dissertação (Mestrado) COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PETROBRAS. (1991). Perfil do homem offshore: resumo executivo. Macaé, RJ

_____. (2005). Tipos de Plataformas. Rio de Janeiro. Disponível em www.petrobras.com.br

RODRIGUES, V. Relações de trabalho em unidades de perfuração marítima – estudo de caso com ênfase em trabalho em turnos. Dissertação de Mestrado, Universidade de alfenas, MG. 2001

RIBEIRO, M. Adélia. Experiências de (não) reconhecimento entre os trabalhadores offshore na Bacia de Campos: Uma abordagem a partir de Axel Honneth. PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, M. A indústria do petróleo “offshore” e seus impactos ambientais: o caso da Bacia de Campos. Dissertação (Mestrado) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SERRA, R. V. O Seqüestro dos Royalties pelo poder local: A gênese das quase sortudas regiões petrolíferas brasileiras. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Seguuuraaa Peão!!! Alertas sobre o risco técnico coletivo crescente na indústria petrolífera, Brasil anos 1990, Rio de Janeiro, 1997

SINDIPETRO NF. Disponível em www.sindipetronf.org.br

THOMAS, J. Fundamentos da engenharia de petróleo. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

PLATAFORMAS DE PRODUÇÃO DA BACIA DE CAMPOS

Plataforma	Campo	Tipo
Espadarte FPSO (ESPF)	Espadarte	Flutuante
FPSO Brasil (FPBR)	Roncador	Flutuante
Plataforma FPSO-MLS (FPMLS)	Marlim Sul	Flutuante
Plataforma Cidade de Niterói (FPNIT)	Marlim Leste	Flutuante
FPSO Rio de Janeiro (FPRJ)	Espadarte	Flutuante
FPSO Rio das Ostras (FPRO)	Badejo	Flutuante
Petrobras VII (SS28) (P-07)	Bicudo, Enchova Oeste	Flutuante
Petrobras VIII (SS29) (P-08)	Marimbá	Flutuante
Petrobras IX (SS15) (P-09)	Congro, Corvina	Flutuante
Petrobras XII (SS19) (P-12)	Badejo, Linguado, Trilha	Flutuante
PETROBRAS XV (SS18) (P-15)	Marimba, Piraúna	Flutuante
Petrobras XVIII (SS44) (P-18)	Marlim	Flutuante
Petrobras XIX (P-19)	Marlim	Flutuante
Petrobras XX (SS33) (P-20)	Marlim	Flutuante
Petrobras XXV (P-25)	Albacora	Flutuante
Petrobras XXVI (P-26)	Marlim Sul, Marlim	Flutuante
Petrobras XXVII (P-27)	Voador	Flutuante
Petrobras XXXI (P-31)	Albacora	Flutuante
Petrobras XXXIII (P-33)	Marlim	Flutuante
Petrobras XXXV (P-35)	Marlim	Flutuante
Petrobras XXXVII (P-37)	Marlim	Flutuante
Petrobras XL (P-40)	Marlim Sul	Flutuante
Petrobras XLIII (P-43)	Barracuda	Flutuante
Petrobras XLVIII (P-48)	Caratinga	Flutuante
Petrobras L (P-50)	Albacora Leste, Albacora	Flutuante
Petrobras LI (P-51)	Marlim Sul	Flutuante
Petrobras LII (P-52)	Roncador	Flutuante
Petrobras LIII (P-53)	Marlim Leste	Flutuante
Petrobras LIV (P-54)	Roncador	Flutuante
Petrobras LV (P-55)	Roncador	Semissubmersível
Petrobras LVI (P-56)	Marlim Sul	Flutuante

Plataforma de Enchova (PCE-1)	Bonito, Enchova, Enchova Oeste	Fixa
Plataforma de Cherne-1 (PCH-1)	Anequim, Bagre, Cherne, Parati	Fixa
Plataforma de Cherne-2 (PCH-2)	Congro, Cherne, Malhado	Fixa
Plataforma de Carapeba-1 (PCP-1)	Carapeba	Fixa
Plataforma de Carapeba-2 (PCP-2)	Carapeba	Fixa
Plataforma de Garoupa (PGP-1)	Garoupa, Garoupinha	Fixa
Plataforma de Namorado-1 (PNA-1)	Congro, Namorado, Nenamorado	Fixa
Plataforma de Namorado-2 (PNA-2)	Congro, Namorado	Fixa
Plataforma de Pargo-1 (PPG-1)	Pargo	Fixa
Plataforma de Pampo-1 (PPM-1)	Pampo	Fixa
Plataforma de Vermelho-1 (PVM-1)	Vermelho	Fixa
Plataforma de Vermelho-2 (PVM-2)	Vermelho	Fixa
Plataforma de Vermelho-3 (PVM-3)	Vermelho	Fixa
FPSO Fluminense (FPF)	Bijupirá/Salema	Flutuante
FPSO Frade (FPSOFR)	Frade	Flutuante
FPSO P-63	Papa-Terra	Flutuante
FPSO P-58	Parque das Baleias	Flutuante
FPSO P-62	Roncador	Flutuante

ANEXO II

PRINCIPAIS TIPOS DE PLATAFORMAS PLATAFORMAS FIXAS



PLATAFORMAS SEMI SUBMERSÍVEIS



NAVIOS SONDA



FPSO



ANEXO IV

INDICADORES DA PETROBRAS REFERENTES AO ANO DE 2013

Lucro:

Receita Operacional Líquida: US\$ 141,5 bilhões

Nosso Lucro Operacional US\$ 16,2 bilhões

Lucro Líquido: US\$ 11,1 bilhões em 2013,

Investimento: US\$ 48,1 bilhões

Venda de derivados: 2.754 mil

Fonte: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/nossos-resultados-operacionais-e-financeiros-estao-no-mesmo-patamar-das-grandes-empresas-do-setor.htm>

ANEXO V

TABELAS 4.1 E 4.2: ESCALA DE TURNOS CONTÍNUOS COM RODÍZIOS

Regime de trabalho	Jornada diária	Carga de trabalho semanal	Total de Horas Mensais (THM)	Relação trabalho x folga
Turno Ininterrupto de Revezamento (TIR)	6h	33h 36min	168h	4 x 1
	8h	33h 36min	168h	3 x 2
	12h	33h 36min	168h	1 x 1,5

Regime de trabalho	Jornada diária	Carga de trabalho semanal	Total de Horas Mensais (THM)	Relação trabalho x folga
Sobreaviso	12h	33h 36min	168h	1 x 1,5

ANEXO VI
PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO

Questionário:

1 – Há quanto tempo você é funcionário da Petrobras?

- Menos de 1 ano 1 a 5 anos 5 a 10 anos Mais de 10 anos

2 – Qual é o seu Estado Civil? Casado Solteiro Divorciado Outros

3 – Há quanto tempo você trabalhou (ou trabalha) embarcado?

- Menos de 1 ano 1 a 5 anos 5 a 10 anos Mais de 10 anos

4 – Se trabalha embarcado, sente a necessidade de mudar de regime de trabalho de Sobreaviso para Administrativo?

- Sim Não

5 – Se sim, por quê? (Marcar apenas 1)

- Por questões familiares (saudade, aproximação, etc.)
 Por questões de falta de segurança e tensão
 Por questões de saúde
 Por outros motivos

6 – Se não, por quê? (Marcar apenas 1)

- Porque estou satisfeito com a remuneração
 Porque possuo 21 dias de folgas
 Porque quero adquirir mais conhecimento
 Por outros motivos

7 – Já sofreu algum acidente embarcado?

- Sim Não

8 - Já presenciou algum acidente com vítima fatal em uma Unidade Marítima?

- Sim Não

9 – Já procurou ajuda de algum especialista em saúde mental para tratar problemas relacionados ao seu trabalho em regime de sobreaviso?

- Sim Não

10 – Hoje, que nota daria para questão da Segurança no que diz respeito ao regime OFFSHORE da Petrobras?

- 0 a 3 4 a 7 7 a 10

Obrigada pela participação!

ANEXO VII

ROTEIRO DE ENTREVISTA (ÁUDIO)

1 – Dados pessoais do entrevistado:

Nome:

Formação:

Função:

Funcionário Petrobras desde:

Estado Civil:

2 – Como você classifica sua rotina como funcionário OFFSHORE da estatal mais desejada por muitos brasileiros?

3 – Sua formação atual condiz com sua atual função?

4 – O que tem a dizer sobre seu atual regime de trabalho? Como considera os aspectos físicos e psicológicos ao trabalhar em uma unidade de alto risco?

5 – Qual é sua opinião sobre o papel da empresa no que diz respeito à saúde do trabalhador, tanto no aspecto físico quanto no psíquico? Existe alguma ajuda nesses aspectos nas plataformas?

6 – Em sua opinião, há necessidade de uma carga horária de 12h na sua atual função? Seria interessante para você se esta carga horária atual fosse reduzida, e, conseqüentemente, seus dias de folgas? Por quê?

7 – Como considera sua vida em sociedade após 14 dias de confinamento? Quanto tempo gasta para se adaptar fisiologicamente? Seus familiares têm alguma queixa a esse respeito ou já estão adaptados?

8 – Sente vontade de trabalhar em regime ONSHORE, mesmo sabendo que haveriam mudanças em seu orçamento financeiro? Por quê?

9 – O que acha dos benefícios oferecidos pela Petrobras para o seu perfil hoje? Acha que haveria necessidade de mudança? Em que aspecto?

10 – Que nota daria para sua vida em sociedade fora do confinamento? O que gostaria de mudar?